

Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIV, nº 55 – março / 2017

APOIO



INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310



Artigos

O Complexo Industrial-Portuário do Açu: modelo de projeto neodesenvolvimentista ou caso aplicado de acumulação por espoliação?

Zona de impacto: conservação da natureza, Porto do Açu e populações locais: o caso das comunidades extrativistas artesanais no Parque Estadual da Lagoa do Açu - RJ

Porto do Açu: uma análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional

Grandes Projetos de Investimento e produção do espaço fluminense - notas sobre a Instalação do Porto do Açu em São João da Barra - RJ

A estruturação e a dinamização do cluster portuário do Açu: uma abordagem prospectiva

Editorial

Porto do Açu, uma expressão do neodesenvolvimentismo tupiniquim

Porto do Açu, uma expressão do neodesenvolvimentismo tupiniquim

Tudo nos é proibido, a não ser cruzarmos os braços?

A pobreza não está escrita nos astros;
o subdesenvolvimento não é fruto de um
obscuro desígnio de Deus.
(Eduardo Galeano, 1979)

O Boletim Petróleo, Royalties e Região (BPRR), desde seu nascedouro, no início dos anos 2000, tem por premissa uma postura crítica e combativa, expressa pelas análises, entrevistas, editoriais, artigos e pesquisas publicadas ao longo deste período.

Adotando a perspectiva do desenvolvimento regional, procurou contribuir com a disseminação de dados e informações para o debate e a atuação de gestores públicos, professores, pesquisadores, movimentos sociais e sociedade em geral. Notadamente, pelas características da região - até recentemente responsável por mais de 80% da produção nacional de petróleo - onde encontra-se inserido o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (Mestrado Profissional e Doutorado), na Universidade Candido Mendes (UCAM) de Campos dos Goytacazes, notabilizou-se, nacionalmente, pelo atento e minucioso acompanhamento do debate em torno das questões ligadas à indústria e às rendas petrolíferas. Sempre crítico e propositivo na análise dos impactos territoriais de Grandes Projetos de Investimento (GPI), o BPRR, neste número, volta os esforços teórico-metodológicos de renomados e jovens pesquisadores para o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu ou, simplesmente, Porto do Açu. A posição estratégica da infraestrutura portuária para a eficiência logística da economia brasileira é inquestionável.

Contudo, GPIs criam grandes expectativas econômicas por um lado e, por outro, produzem impactos territoriais e socioambientais significativos. Sobre tudo no Brasil, historicamente marcado pelo imediatismo e pela fragmentação das políticas de desenvolvimento e de reordenamento territorial.

Diante da complexidade que envolve qualquer abordagem sobre o desenvolvimento brasileiro, seja sob a perspectiva histórica ou na contemporaneidade, o Porto do Açu, localizado no Município de São João da Barra, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, retornou ao cenário nacional. Agora não só pela grandiosidade da proposta e pela derrocada econômica do seu idealizador, que resultou na estagnação do projeto e venda para um grupo internacional, mas, também, pelas denúncias que envolvem um nebuloso momento de crise institucional nacional e no Estado do Rio de Janeiro, que coloca sua implantação sob suspeita de ser mais uma operação que envolve corrupção nas relações entre Estado e empresariado privado.

O Porto do Açu ocupa uma área de aproximadamente 80 km², enquadrando-se na definição de GPI de “empreendimentos de grande porte que surgiram sob o discurso de contribuir para a implantação de infra-estrutura e como forma de levar crescimento e progresso às regiões em que foram instalados” (CRUZ; SILVA, 2010, p. 182).

O empreendimento, basicamente,

consiste em dois grandes terminais portuários, uma retroarea para empreendimentos industriais e de serviços. É um GPI portuário integrado no projeto neodesenvolvimentista do último decênio (CRUZ *et al.* 2016). Após as modificações no projeto, realizados pela Prumo, atual proprietária do Porto do Açu, foi mantida a âncora na exportação de minério de ferro, reforçada agora pela orientação como suporte de apoio às atividades offshore do Complexo Petrolífero da Bacia de Campos. Seus impactos podem causar sérios danos ambientais, econômicos e socioespaciais, gerando conflitos e resistências.

As reflexões que compõem este número, partindo desta complexidade inerente ao tema, adotam como pano de fundo as características históricas e socioeconômicas que marcam o Norte Fluminense, região caracterizada por “profundas alterações nas dinâmicas econômica e social e na organização territorial” (PIQUET; OLIVEIRA, 2005, p. 111) em virtude da transição de uma economia baseada na atividade sucroalcooleira para se tornar, até recentemente, a sede da indústria de extração de petróleo e gás natural do Brasil (CRUZ, 2005), o que legou uma herança de esvaziamento econômico, desemprego, emprego precário, pobreza e concentração de renda.

O presente número do BPRR, portanto, vem relevar, de forma minuciosa, os problemas decorrentes da implantação

do Porto nesse território. Da expectativa frustrada a impactos socioambientais, a parceria Estado e Porto do Açu, e seus agentes financiadores, mostra a face real de um GPI descolado do território que o sedia, imposto sem diálogo nem planejamento, conforme o leitor poderá conferir ao longo dos cinco artigos que compõem a presente edição. Diante desse contexto, no primeiro artigo, "O Complexo Industrial-Portuário do Açu: modelo de projeto Neodesenvolvimentista ou caso aplicado de acumulação por espoliação?", o Dr. Marcos A. Pedlowski, eminente professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), avalia as ações e medidas jurídicas, políticas e procedimentais adotadas para viabilizar o empreendimento. Em sua crítica ao 'processo de globalização dependente da economia brasileira', ilustrado no Porto do Açu, o texto é conduzido a partir da inalcançável ideia de 'redenção' para a Região Norte Fluminense. Em sua análise, o autor destaca a atuação conjunta entre Estado e iniciativa privada no esvaziamento de espaços ocupados e, por meio desta "acumulação por espoliação", produziram remoções de centenas de famílias a preços irrisórios e resistências das populações atingidas. Por fim, merece destaque a consistente análise da fragmentação do licenciamento ambiental, tema ainda pouco debatido em estudos de caso, mas que revela sua importância neste modelo neodesenvolvimentista, que procura minimizar os impactos ambientais de megaempreendimentos e seus efeitos sinérgicos sobre o território, bem como a contribuição para a invisibilidade e a fragilização das populações afetadas. No segundo artigo, resultados de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF), conduzida pela Dra. Alba Simon, pós-doutoranda, e pelos mestrandos Rodrigo Vilhena Herdy Afonso e Camila Aguiar Lins do Nascimento, são apresentados em "Zona de impacto: conservação da natureza, Porto do Açu e populações

locais: o caso das comunidades extrativistas artesanais no Parque Estadual da Lagoa do Açu - RJ". Esta colaboração de pesquisa, conduzida pela reconhecida pesquisadora ambiental, Dra. Alba Simon, destaca os conflitos ambientais da implantação do CLIPA e do Parque Estadual da Lagoa do Açu - PELAG. A análise do PELAG, criado no âmbito do licenciamento do CLIPA, aprofunda a crítica ao modelo adotado, iniciado no primeiro artigo, e analisa esta área de sustento de diversas comunidades extrativistas, caracterizada como 'Zona de Impacto'. Ao longo da discussão, os autores também apresentam os aspectos políticos e jurídicos que contribuíram para a implementação do empreendimento e, por fim, rompem definitivamente a imagem de redenção, o que foi também realizado no primeiro artigo, com a conclusão de que CLIPA e PELAG 'inauguram a expulsão compulsória e aprofundam a vulnerabilidade social das comunidades extrativistas a partir de supostas conquistas, benefícios e compensações ambientais ou novos compromissos'. Diante do cenário apresentado pelos dois primeiros trabalhos, o artigo "Porto do Açu: uma análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional", resultado de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, pela Universidade Candido Mendes - Campos/RJ (UCAM-Campos), analisa um importante agente deste contexto, a mídia. A colaboração da jovem pesquisadora, a Ma. Dayanne Vieira Maia, com a Dra. Rosélia Piquet, referência nacional na área, e o Dr. Eduardo Shimoda, destacado pesquisador da UCAM-Campos, aponta as nuances na abordagem jornalística que, inicialmente, não trata dos impactos do empreendimento sobre o território, mas de sua magnitude e importância para o progresso. Questões ambientais e socioeconômicas apareceriam apenas no declínio das expectativas, marcado pela derrocada do Grupo X, do empresário Eike Batista, proprietário original do empreendimento. Ao fim do minucioso

processo de levantamento e análise das reportagens selecionadas, os autores concluem com uma importante crítica, que ganha espaço em todo o cenário nacional contemporâneo, ao papel da mídia impressa, que 'não contribuiu para a reflexão e o debate ponderado das questões relacionadas ao Porto'.

Em "Grandes Projetos de Investimento e produção do espaço fluminense - notas sobre a Instalação do Porto do Açu em São João da Barra - RJ", quarto artigo deste número, a Ma. Gabriela Rebello Martins discorre sobre o modelo econômico pautado pela intervenção do capital internacional no setor portuário no Brasil e seus reflexos na produção do espaço. Em breve histórico do Porto do Açu, sinaliza, também, uma crítica aos impactos produzidos, ao papel da mídia e à proposta de desenvolvimento, que não se concretizou.

No quinto e último artigo, intitulado "A estruturação e a dinamização do cluster portuário do Açu: uma abordagem prospectiva", Reyneé Bitencourt, pesquisadora em formação, e os professores Dr. Edson Terra Azevedo Filho (UENF), Dr. Alcimar das Chagas Ribeiro (UENF), Dr. Henrique da Hora (IFF), e o Me. Túlio Baita Reis (ISECENSA), com atuação destacada em pesquisas sobre a Região Norte Fluminense, contribuem para as reflexões acerca das expectativas não confirmadas do CLIPA. A partir da adoção do método de prospectiva estratégica, identificaram quarenta 'fatores que apresentam certa influência no processo de estruturação e desenvolvimento do cluster portuário do Açu'. Como conclusão, apontam, como contribuição para o desenvolvimento da região e dinamização do setor, o direcionamento de esforços, por parte dos atores políticos e privados competentes, para as 'variáveis de ligação': 'atratividade para instalação de empresas e direcionamento econômico do porto para o setor de P&G [petróleo e gás natural]'

Por fim, entendemos que o conjunto de resultados das pesquisas publicadas e as críticas relacionadas contribuem

particularmente, diante da conjuntura nacional marcada pela relação espúria entre público e privado, tratada com conveniência e conivência pela mídia, para a reflexão, a partir do Porto do Açu, acerca dos processos de tomada de decisão e das alternativas locais

de GPIs, seus impactos, seu papel no desenvolvimento regional e sua eficácia enquanto modelo, no contexto de um país de capitalismo periférico. O Porto do Açu, dissecado em suas múltiplas faces, é aqui analisado enquanto parte da estratégia de inserção econômica do

Brasil neste novo cenário mundial, influenciado por atores internacionais, e seus piores reflexos sobre comunidades invisibilizadas e o ambiente natural, vítimas constantes deste neodesenvolvimentismo tupiniquim.

Notas

¹ O novo proprietário alterou a sigla do empreendimento de CLIPA para CIPA.

Referências

CRUZ, C. B.; SILVA, V. P. Grandes Projetos de Investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. *Sociedade & Natureza*, v. 22, n. 1, p. 181-190, 2010.

CRUZ, J. L. V.; TERRA, D.; ALMEIDA, É. (Des)integração periférica e espaços regionais globalizados. In: **XIV Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em Globalização e Território**. Monterrey/México, 2016.

CRUZ, J. L. V. Os desafios na região brasileira do petróleo. In: CRUZ, J. L. V. (Org.). **Brasil, o desafio da diversidade**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2005. pp. 49-104.

PIQUET, R.; OLIVEIRA, E. L. Empresas e empresários do Norte Fluminense: uma análise qualitativa. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 1, p. 111-123, 2005.

PÓS-GRADUAÇÃO EM:

Gestão e Orientação
Educativa

Educação Especial
e Inclusiva

Psicopedagogia
Institucional e Clínica

O Complexo Industrial-Portuário do Açú: modelo de projeto Neodesenvolvimentista ou caso aplicado de acumulação por espoliação?

THE INDUSTRIAL PORT COMPLEX OF AÇU: IS IT A MODEL OF NEO-DEVELOPMENTALISM OR AN APPLIED CASE OF ACCUMULATION BY SPOLIATION?

Resumo:

O Brasil experimentou um grande volume de investimentos públicos na área de infraestrutura a partir da chegada do presidente Lula ao poder, em 2003, para resolver gargalos que estariam restringido o acesso de commodities agrícolas e minerais aos mercados globais. Este artigo analisa o caso do Complexo Industrial-Portuário do Açú (CIPA) enquanto um exemplo das iniciativas ensejadas pelo Neodesenvolvimentismo e das mazelas que marcaram os diversos projetos que foram construídos a partir da sua aplicação. Deste modo, o artigo faz uma avaliação das principais medidas adotadas pelas diferentes esferas de governo para viabilizar a implantação do CIPA, incluindo a expropriação de terras agrícolas e das alterações nos procedimentos adotados para acelerar a emissão de licenças ambientais, bem como dos conflitos socioambientais que ocorreram em função da aplicação destas medidas. A partir desta análise, o artigo sugere que o CIPA representa um caso exemplar da aplicação do conceito acumulação por espoliação, que foi formulado pelo geógrafo David Harvey.

Palavras-chave:

CIPA; Neodesenvolvimentismo; Acumulação; Espoliação

Abstract:

Brazil experienced a large amount of public investments in infrastructure after President Lula came to power in 2003 to resolve bottlenecks that were restricting the access of agricultural and mineral commodities to global markets. This paper analyzes the case of the Industrial Port Complex of Açú (CIPA) as an example of the initiatives developed by neo-developmentalism and the problems that characterized the several projects that were carried out from its application. Thus, the article assesses the main measures adopted by different spheres of government to enable the establishment of the CIPA, including the expropriation of agricultural land and changes designed to accelerate the environmental license issuance, as well as the socio-environmental conflicts caused by the implementation of such measures. From this analysis, the paper suggests that the CIPA represents an exemplary case of the application of the concept of accumulation by spoliation as formulated by the geographer David Harvey.

Keywords:

CIPA; Neo-developmentalism; Accumulation; Spoliation

Marcos A. Pedlowski

PhD em Environmental Design and Planning pela Virginia Polytechnic Institute and State University, Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Docente dos programas de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Ecologia e Recursos Naturais da UENF.

Email: pedlowma@uenf.br

Introdução

O Complexo Industrial-Portuário do Açú (CIPA) foi um dos muitos projetos que emergiram em resposta às políticas desenvolvidas pelo governo federal quando da presidência de Luis Inácio Lula da Silva e que acabaram ficando conhecidas pelo rótulo de Neodesenvol-

vimentismo (Sampaio Jr, 2012; Boito Junior e Berringer, 2013). Como em outros projetos desenvolvidos sob a égide do Neodesenvolvimentismo para ampliar a capacidade operacional da infraestrutura brasileira de transportes e de logística, o CIPA foi pensado a partir de uma fórmula renovada de arranjo produtivo local. Tal modelo estava apoiado no fato de que no CIPA não se escoariam apenas "commodities" minerais, que seriam exportadas na forma bruta, mas também a ideia de que em sua retroárea seriam estabelecidas diversas unidades industriais que estariam inseridas no empreendimento com o objetivo de agregar valor na forma de produtos industrializados voltados a atender às demandas dos mercados globais, espe-

cialmente o chinês. A principal promessa que esteve atrelada ao CIPA desde o seu nascedouro foi a de que sua implantação representaria uma espécie de redenção econômica, não apenas para o Município de São João da Barra onde o empreendimento seria instalado mas para toda a Região Norte Fluminense; esta redenção deveria se dar na forma de aumentos significativos no nível de oferta de empregos e de recolhimento de impostos.

Como contrapartida ao ciclo virtuoso que seria iniciado com a construção do CIPA, alguns passos teriam de ser adotados em nível local para que o empreendimento se tornasse a realidade que seus idealizadores propunham que seria. O primeiro deles foi a remoção de centenas de famílias de agricultores

familiares e pescadores artesanais de áreas que ocupavam há várias gerações, supostamente, para a implantação de um distrito industrial no V Distrito do Município de São João da Barra. O segundo passo foi a adoção de uma forma fragmentada de condução do processo de licenciamento ambiental, de modo que os diferentes projetos a serem implantados no CIPA tiveram de ser avaliados de forma individual, supostamente para que fosse possível alcançar uma maior celeridade na emissão das licenças previstas pela legislação.

Dada a magnitude do empreendimento, outro aspecto que ficou logo evidente foi o fato de que o CIPA não seria viável sem a participação direta dos diferentes níveis de governo (do federal ao municipal) em sua implantação. Isto porque o empreendedor, no caso o Grupo EBX, não teria a capacidade de resolver sozinho os diferentes aspectos requeridos para implantar um megaempreendimento do porte que se antecipava que o CIPA teria. No rol de demandas, estava não apenas a questão da concessão de financiamento para realizar as obras mas também a necessidade de modificação de vários estatutos legais que dificultavam a implantação do CIPA exatamente na área em que se desejava construí-lo. É importante notar que, apesar do fato do CIPA ser um empreendimento que seria inicialmente construído com capital privado e, por isso, não fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, o mesmo se encaixava nas suas diretrizes gerais. Em decorrência disso, várias investidas foram realizadas, algumas

com êxito, para que o CIPA fosse agraciado com linhas de crédito com juros subsidiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por outros entes estatais. Além disso, tanto no plano estadual quanto no municipal, várias medidas legais foram adotadas pelos governos municipal e estadual para viabilizar a rápida implantação do CIPA.

Por outro lado, um aspecto que precisa ser considerado na análise do caso do CIPA é que, corriqueira e propositalmente, as corporações privadas e seus parceiros dentro do Estado negligenciaram o fato de que, nos tempos atuais, espaços vazios de populações humanas são praticamente inexistentes. Assim, para responder a essa inevitabilidade factual, a qual invariavelmente implicaria a ocorrência de sérios conflitos pelo controle de determinados territórios, ocorreu uma ação diligente por parte do Estado e das corporações no sentido de esvaziar espaços ou, pelos menos, disciplinar o seu uso pelos ocupantes pretéritos. O objetivo da ação foi viabilizar a implantação de novas configurações territoriais, que não raramente acabaram ficando sob o controle das corporações privadas que nelas criaram verdadeiros enclaves geográficos. Com base neste processo contínuo de desterritorialização dos pobres e reterritorialização sob o controle de grandes corporações privadas, o geógrafo David Harvey formulou o conceito de “acumulação por espoliação” (Harvey, 2004). Uma dimensão adicional vinculada a essa nova dinâmica do processo de acumulação capitalista é o fato de que as tentativas de “acumulação por espoliação” acabam alimentan-

do fortes processos de resistência das populações-alvo dos processos de privatização (Spronk e Weber, 2007).

Outro desdobramento que não pode ser negligenciado neste processo de “acumulação por espoliação” é o papel ocupado pelas corporações financeiras, sejam como meras injetoras de capital ou mesmo como participantes diretas dos processos de apropriação, controle e gestão de territórios dentro dos quais são instalados empreendimentos voltados para a circulação global de commodities agrícolas e minerais. O caso do CIPA se encaixa perfeitamente neste desdobramento na medida em que a “quebra” do Grupo EBX, em 2013, possibilitou a aquisição do CIPA pelo EIG Global Partners, fundo de *private equity*¹ sediado em Washington DC, que se tornou desde então o novo controlador majoritário do seu principal ativo, o Porto do Açú, por meio da Prumo Logística Global. O fato é que, objetivamente, a partir da entrada em cena do EIG Global Partners, houve uma transformação não apenas no controle acionário do CIPA mas também na sua natureza, já que o mesmo passou a ser, para todos os fins, um enclave geográfico sob o controle de um fundo de investimentos multinacional.

A partir dos fatos apontados até aqui, o presente artigo irá apresentar uma breve análise dos principais elementos associados ao processo de implantação do CIPA no V Distrito e os principais impactos que dele decorreram, buscando demonstrar que as múltiplas facetas escolhidas para dissecar o caso do CIPA não são um caso particular, mas fazem parte de um padrão mais geral de “acumulação por espoliação”.

O CIPA como um caso de metamorfose constante

Um primeiro aspecto a se observar sobre o CIPA é que o mesmo vem sofrendo constantes alterações em seu desenho, ainda que, para fins de propaganda, a proposta seja a de construir um complexo portuário-industrial que também sirva como um importante nó logístico na exploração das reservas de petróleo e gás existentes na chamada camada Pré-Sal. Segundo o que se observa no relatório produzido pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB, 2011), o CIPA originalmente previa a construção de um terminal portuário privativo de uso misto

com capacidade para receber navios de grande porte, e uma estrutura off-shore para atracação de produtos, tais como: minério de ferro; granéis sólidos e líquidos; cargas em geral e produtos siderúrgicos; e duas termelétricas. Além disso, o CIPA contaria na sua retroárea com um distrito industrial (o Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), que deveria abrigar plantas de pelletização; indústrias cimenteiras; um polo metal mecânico; unidades petroquímicas; duas siderúrgicas, montadora de automóveis; pátios de armazenagem, inclusive para gás na-

tural, e um cluster para processamento de rochas ornamentais. Por outro lado, para possibilitar o transporte do minério de ferro extraído no Município de Conceição do Mato Dentro até o Porto do Açú, o CIPA, em seu formato original, também incluiu a construção de um mineroduto, cuja extensão de mais de 500 km o habitaria a ser o maior do mundo.

Em 2010, a OSX, braço naval do Grupo EBX, anunciou a construção, dentro do CIPA, de uma Unidade de Construção Naval (UCN), a qual também implicou a construção de um canal de navega-

ção. Por sua vez, a construção da UCN também propiciou a construção de um terminal on-shore destinado à importação e exportação de diversos produtos; armazenagem de derivados do petróleo; fabricação e montagem de equipamentos marítimos destinados à exploração e produção de petróleo e gás; além de atividades de apoio a embarcações (CRA, 2011; p. 8).

Ao longo dos anos de 2011 e 2012, o anúncio da chegada de grandes empresas no CIPA foi sempre sucedida por um desmentido. Esta situação gerou um cenário de descrédito que, associado a outros erros de gerenciamento por parte de Eike Batista, resultou em uma grave crise do Grupo EBX em 2013. No tocante ao CIPA, o colapso do Grupo EBX resultou na aquisição do controle acionário do seu braço

logístico, a LLX, pelo fundo de *private equity* EIG Global Partners, sediado nos EUA, o que causou uma nova inflexão no desenho do CIPA, já que a opção manifesta foi a de reorientar o empreendimento no sentido de uma suposta vocação para servir a área de petróleo e gás. Assim, ainda que a Prumo Logística Global, empresa constituída para assumir o controle dos interesses do EIG Global Partners no Brasil, e mais especificamente no CIPA, continue sinalizando, em seus comunicados ao mercado, que se mantém comprometida com a proposta formatada por Eike Batista, os poucos desdobramentos que vêm ocorrendo apontam o contrário, pois mesmo o mineroduto que foi efetivamente concluído se encontra operando com cerca de 30% de sua capacidade, o que claramente coloca em xeque a sua

viabilidade operacional.

Esta dificuldade de implantar o CIPA dentro de uma visão mais ampliada se deve a vários fatores, incluindo a depreciação dos valores das commodities minerais. No entanto, outros problemas de natureza diversa parecem estar contribuindo para diminuir a atração de empresas interessadas em instalar os tipos de plantas industriais que foram previstos inicialmente; dentre estes problemas, estão o conflito contínuo com os proprietários que tiveram suas terras expropriadas pelo governo do Rio de Janeiro para implantação do DISJB, e os problemas ambientais, tais como salinização e erosão costeira, que ocorreram como consequência da implantação e início do funcionamento do CIPA.

Modificações na estrutura legal como preparação para um conflito ainda inconcluso

Um dos principais gargalos para a implantação do megaempreendimento idealizado por Eike Batista foi o fato de que a faixa de terra do Município de São João da Barra escolhida para implantação do CIPA já estava ocupada por centenas de famílias de agricultores familiares e pescadores artesanais há várias gerações. Além disso, do ponto de vista do zoneamento municipal do uso do solo, a área era considerada como sendo rural, o que criava embaraços para a implantação do empreendimento.

A opção dos governantes nos níveis municipal e estadual foi operar modificações drásticas no ordenamento legal de forma a viabilizar o CIPA. No plano municipal, foi realizada uma modificação pontual, porém chave, no Plano diretor municipal de São João da Barra a partir da aprovação da Lei Municipal Nº 115 de 2008, que estabeleceu uma modificação

do zoneamento do uso do solo, passando parte das terras do V Distrito da condição de rural para industrial. É interessante notar que essa lei é posterior à promulgação pelo governo do Rio de Janeiro do Decreto Estadual nº 41.585/2008 com a criação do DISJB, cuja área estaria integralmente inserida em Zona de Expansão Industrial posteriormente determinada Lei Municipal Nº 115 de 2008. O entrelaçamento de procedimentos legais entre as duas esferas de governo fica ainda mais clara se considerarmos que no dia 05 de dezembro de 2008 foi promulgado o Decreto Estadual 41.584 prevendo a desapropriação de terras para a criação do DISJB que, lembremos, só teria o uso de solo normatizado no dia 31 de dezembro com a aprovação da Lei Municipal Nº 115 de 2008. O imbróglie legal que cercou a desapropriação das terras, que, supostamente, comporiam o DISJB, seria com-

pletado com a promulgação dos Decretos Estaduais 41915/2009, 42.675/2010 e 42.676/2010.

A partir da conclusão dos ajustes na estrutura legal é que foram iniciados, ao longo de 2011, centenas de processos judiciais visando expropriar um total de 7.500 hectares. Estes processos tiveram um tratamento expedito por parte do Fórum de São João da Barra que, inclusive, recebeu o reforço de servidores lotados em outros fóruns. Tal tratamento expedito resultou na emissão das chamadas imissões provisórias de posse, com as quais se iniciou a remoção dos agricultores e suas famílias das propriedades desapropriadas. A remoção das famílias que não concordavam com as desapropriações se constituiu em um espetáculo de força por parte do Estado e do Grupo EBX com o uso de oficiais de justiça, de guarnições policiais e de segu

Mestrado e Doutorado

Planejamento Regional e Gestão da Cidade

Tel.: (22) 2726-2405

<https://cidades.ucam-campos.br>

EDITAIS DE SELEÇÃO
DISPONÍVEIS



ranças privados contra uma população que inicialmente não estava preparada para o embate. Entretanto, até de forma inesperada, a reação dos agricultores ocorreu de forma relativamente rápida principalmente a partir da constituição da Associação dos Proprietários Rurais e de Imóveis do Município de São João da Barra (Asprim), que acabou servindo como um importante apoio aos agricultores. Um aspecto importante nas táticas utilizadas pela ASPRIM foi a capacidade de combinar ações públicas como o fechamento de estradas e o bloqueio de acesso a propriedades alvos das desapropriações com articulações de sindicatos e universidades, as quais possibilitaram uma rápida ampliação do nível de organização política das famílias atingidas pelas desapropriações. As ações da ASPRIM também geraram um quadro de lideranças autóctones que ainda continuam atuando na organização comunitária, ainda que de forma pouco explícita.

As disputas envolvendo as desapropriações foram agravadas por uma percepção generalizada de que os valores estimados e incluídos nos processos de desapropriação pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (Codin) eram irrisórios. A situação foi

ainda mais agravada pelo fato de que a LLX iniciou um processo paralelo de aquisição de terras nas áreas desapropriadas oferecendo preços acima dos sugeridos pela Codin. Neste quesito específico, Alvarenga (2013) encontrou casos em que o preço pago pelo m² de terra pela LLX chegou a R\$8,30, o que representava cerca de quatro vezes mais o preço sugerido pela Codin nos processos de desapropriação, que girou em torno de R\$ 2,00.

A disparidade entre os preços calculados pela Codin e os oferecidos aos agricultores pela LLX causou ainda um prolongamento das análises dos processos judiciais referentes às desapropriações, na medida em que a maioria dos agricultores recusou o montante depositado pela Codin para garantir a imissão provisória de posse e demandou a realização de novas perícias técnicas com o objetivo de se chegar a um preço que eles considerassem mais justo. Em função disso é que, após quase seis anos desde que os processos foram iniciados, a estimativa existente entre advogados que representam os agricultores é de que, em 80% dos casos, não houve ainda o recebimento dos valores depositados pela Codin. Além disso, dada a crise financeira aguda que o Estado do Rio de Janeiro

atravessa neste momento, tampouco há qualquer perspectiva de que haja uma conclusão dos processos que tramitam de forma bastante lenta em função destas disputas. A indisposição por parte dos agricultores em aceitar os valores considerados baixos por suas propriedades cresceu ainda mais com a revelação de que os decretos de desapropriação fizeram parte de acordos privados entre o ex-governador Sérgio Cabral e o empresário Eike Batista. Esse fato, que se tornou público a partir da prisão desses dois atores importantes no processo de implantação do CIPA, serviu para exacerbar entre os agricultores a percepção de que tiveram suas terras roubadas.

Quando colocadas juntas, as facetas do processo de desapropriação de terras operado pela Codin no V Distrito de São João da Barra criam um cenário de difícil solução. Além disso, o fato de que a Prumo Logística Global detém objetivamente o usufruto das terras desapropriadas após a aquisição da LLX, sem que haja sequer a perspectiva da conclusão dos processos de desapropriação, apenas exacerba as tensões entre a empresa, o governo do Rio de Janeiro, e as centenas de famílias que tiveram suas terras expropriadas.

O CIPA e as mazelas derivadas do modelo de licenciamento ambiental "Fast Food"

Uma das principais peculiaridades que marcaram a implantação do CIPA se deu no seu processo de licenciamento ambiental. Em concordância com a pre-

missa de que um dos problemas na implantação de projetos com potencial de impactar a natureza era a morosidade do processo de licenciamento ambiental, o

CIPA serviu como modelo para a adoção de uma forma acelerada de emissão de licenças ambientais, que teve como uma de suas características principais

Consulte as edições anteriores do

Boletim Petróleo, Royalties e Região

www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br



o deslocamento da sua execução do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) para a esfera estadual, a cargo do Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Uma segunda característica importante foi uma fragmentação do processo de licenciamento, pois processos distintos foram criados para se avaliar a viabilidade de cada projeto. Como resultado, o Grupo EBX apresentou 11 estudos de impactos ambientais para a obtenção da Licença Prévia (LP) dos empreendimentos para o CIPA².

A fragmentação do processo de emissão de licenças implicou uma aceitação tácita por parte do INEA de que não seriam considerados os impactos cumulativos e sinérgicos dos diferentes projetos, nem a distribuição de ônus e bônus. O fato é que, ao serem analisados individualmente em audiências públicas distintas e com baixo nível de participação popular, não houve condição sequer de se aprofundar a análise dos dados inseridos nos relatórios de impacto ambiental (RIMAs). Dessa forma, Latini (2016) avaliou quatro dos 11 RIMAs submetidos ao INEA para obtenção de licenças para instalação dentro do CIPA (i.e., DISJB, Porto do Açú, UCN da OSX e do Terminal Sul do Porto do Açú), e verificou que nenhum deles teria atingido níveis mínimos de qualificação técnica com base em parâmetros internacionais.

Considerações finais

Em seu nascedouro, o CIPA foi apresentado com um artifício do processo de dinamização do desempenho econômico não apenas do Município de São João da Barra mas de toda a Região Norte Fluminense. A promessa era de que esse papel seria cumprido não só pela elevação do nível de empregos e do recolhimento de impostos mas pelo aumento da capacidade de atração de capitais, que seriam aplicados não apenas nos diversos projetos que comporiam o projeto mas também no setor de serviços. Entretanto, quase uma década após o início de sua implantação, o CIPA claramente não

Além disso, Latini também verificou que em nenhum dos documentos havia uma estipulação objetiva de quem seria responsável pela mitigação de eventuais danos ambientais e econômicos causados pelas obras de implantação destes projetos. Em vez disso, os documentos traziam apenas estipulações genéricas na forma de planos de monitoramento para os danos ambientais identificados, entre estes se destacando o processo de salinização de águas e solos e erosão costeira.

Essa fragilidade do processo de licenciamento ambiental ficou ainda mais óbvia quando precocemente surgiram evidências de que dois dos impactos previstos nos RIMAs tinham se materializado (i.e., salinização e erosão costeira), causando sérios prejuízos para os moradores na forma de perda de culturas agrícolas. Entretanto, a ausência de condicionantes e dos responsáveis por executá-las implicou a criação de um cenário de absoluta impunidade, visto que em ambos os casos bastou aos proprietários do CIPA (inicialmente a LLX, e depois Prumo Logística Global) negar a existência dos danos para se isentarem das suas eventuais responsabilidades na aplicação de medidas de mitigação e de pagamento de compensações financeiras aos agricultores, que foram prejudicados pela salinização de águas costeiras e pela erosão costeira que afe-

tou moradores da localidade da Barra do Açú.

Esta ausência de responsabilização em relação aos danos ambientais fica ainda mais evidente quando se verifica que sequer a multa de R\$ 1,3 milhão aplicada pelo INEA à OSX pela intrusão de água do mar no interior de propriedades agrícolas localizadas na retroárea do Porto do Açú foi paga; a informação dada em uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em janeiro de 2014, foi que, após recorrer administrativamente do valor (irrisório, por sinal) da multa, a OSX teria conseguido transformá-la em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Enquanto isso, os agricultores que tiveram suas terras salinizadas continuam a acumular perdas financeiras, em relação às quais ninguém se responsabiliza.

A partir da exposição das diferentes nuances que caracterizaram o modelo adotado para agilizar a emissão de licenças ambientais no CIPA, é possível identificar que este caso se configura como um estudo de caso bastante explícito do modelo de "acumulação por espoliação", na medida em que os custos ambientais e sociais estão recaindo de forma contínua sobre os habitantes da região de entorno do empreendimento, enquanto os benefícios estão sendo acumulados de forma praticamente integral pelos seus controladores.

cumpriu as expectativas que Eike Batista utilizou para atrair investimentos e conseguir apoio, principalmente nas diferentes esferas de governo.

Indo além das expectativas frustradas e da realidade objetiva em que o CIPA se encontra, este caso aparece como emblemático no que tange às políticas que foram geradas para tentar superar os gargalos historicamente existentes na área de infraestrutura e de logística pelos governos do presidente Lula no período de 2003 a 2010, no que ficou conhecido como "Neodesenvolvimentismo"; o caso do CIPA serve

também como ponto de partida para análises que procurem avaliar os impactos trazidos pelo processo de descentralização do processo de licenciamento ambiental, bem como da utilização de estratégias de desterritorialização de determinadas populações que tradicionalmente habitavam áreas escolhidas para a implantação de projetos com as mesmas características e objetivos - em outras palavras, há ainda que se fazer uma análise integrada de todos os outros projetos (ex. Complexo Portuário do SUAPE (PE), Complexo Portuário do Pecém (CE)) que foram ampliados, im

plantados, ou ainda estão em vias de implantação, como parte das chamadas políticas Neodesenvolvimentistas.

Outro elemento que torna o caso do CIPA significativo foi a associação entre o Estado e o capital privado na apropriação de territórios ocupados por grupos já caracterizados por sua marginalização político-econômica dentro do Estado-nação, o que os torna mais suscetíveis a novos mecanismos de acumulação via processos de espoliação. E, no caso

do CIPA, já está evidente que, enquanto os bônus da sua construção ficaram com os empreendedores privados, os ônus foram impostos sobre os grupos que historicamente utilizavam aquele território para garantir sua sobrevivência econômica e reprodução social.

Finalmente, é importante enfatizar que o controle do CIPA por um fundo financeiro multinacional constitui um elemento bastante expressivo no processo de globalização dependente da econo-

mia brasileira, desdobramento este ainda mais assustador quando se leva em consideração que tanto as reservas de minério de ferro em Minas Gerais estão sob o controle da multinacional Anglo American como parcelas significativas das reservas de óleo e petróleo estão sendo passadas para o controle de petroleiras internacionais pelo governo federal.

Notas

Fundos de *private equity*² são assim denominados por serem estruturados na forma de "condomínios fechados". Isto significa que os investidores compram as cotas no início do fundo e não há possibilidade de resgates intermediários, e seus cotistas só recebem seu dinheiro de volta quando o fundo entrar na fase de desinvestimento. Tipicamente, isso acontece entre cinco e dez anos depois da criação do fundo. Além disso, muitas vezes os fundos de *private equity* investem em ações de empresas de capital fechado, não negociadas nas bolsas de valores existentes em diferentes partes do mundo.

²Com base em informações fornecidas pelo professor Roberto Pessanha Moraes em seu blog pessoal, estes 11 processos estavam ligados respectivamente aos seguintes projetos: 1) Porto do Açú; 2) Pátio Logístico e de Operações Portuárias do Porto do Açú; 3) Complementar do Pátio Logístico e Operações Portuárias do Porto do Açú; 4) UTE (Usina Termelétrica) I; 5) UTE- II; 6) Linha de Transmissão do Açú; 7) Complemento de Linhas de Transmissão do Açú; 8) UCN (Unidade de Construção Naval - Estaleiro do Açú - OSX; 9) Siderúrgica Ternium; 10) Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB); e 11) Terminal Sul do Porto do Açú.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). **Impactos socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú**. Relatório Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seções Rio e Niterói. f.56, 2011.
- ALVARENGA, F. M. **Os deserdados do desenvolvimento: o caso da implantação do Complexo Portuário e Industrial do Açú e seus impactos sócio-territoriais**. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2013.
- BOITO JR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.21, n.47, p.31-38, 2013.
- CRA. (2011). Relatório de Impacto Ambiental. Unidade de Construção Naval. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br>>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- HARVEY, D. The 'new' imperialism: accumulation by dispossession. **Socialist Register**, Powys, v. 40, n.2, p.63-87, 2004.
- LATINI, J.R. **A avaliação de impacto ambiental (AIA) enquanto instrumento participativo e preventivo no contexto do neodesenvolvimentismo: o caso do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açú (CLIPA)**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Centro de Biotecnologia e Biotecnologia, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes. 2016.
- SAMPAIO JR., P.A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.112, p.682-688, 2012.
- SPRONK, S.; WEBBER, J. R. Struggles against Accumulation by Dispossession in Bolivia: The Political Economy of Natural Resource Contention. **Latin American Perspectives**, v.34, n.2, p. 31-47, 2007.

PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Objetivo

Promover a especialização de profissionais que desejam atuar em diversos espaços educativos, nas esferas pública e privada, de acordo com as tendências atuais da educação, a fim de capacitá-los teórica e praticamente como mediadores da aprendizagem, ressaltando a importância da correta administração escolar vinculada com a equipe pedagógica, em busca de resultados relevantes para a condução do processo educativo.

Zona de Impacto: Conservação da Natureza, Porto do Açú e Populações Locais: O Caso das Comunidades Extrativistas Artesanais no Parque Estadual da Lagoa do Açú - RJ

IMPACT ZONE: NATURE CONSERVATION, AÇU PORT AND LOCAL POPULATION: A CASE OF ARTISAN EXTRACTIVIST COMMUNITIES IN THE AÇU LAGOON STATE PARK, RIO DE JANEIRO, BRAZIL

Resumo:

O presente trabalho analisa os conflitos ambientais evidenciados com a implantação do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açú (CLIPA) e do Parque Estadual da Lagoa do Açú (PELAG), criado no âmbito do Licenciamento do CLIPA. A região, que se configura como uma "Zona de Impacto", é área de sustento de diversas comunidades extrativistas. Os pescadores artesanais da região sofrem restrições para a prática da pesca tanto pela instalação do CLIPA como pela criação do PELAG. O Decreto Estadual nº 43.522/2011, que criou o PELAG, estabeleceu a obrigatoriedade de assinatura de um Termo de Compromisso (TC) dos pescadores artesanais, que utilizam as lagoas do Açú, com o órgão gestor, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA). O TC, de caráter autorizativo, vitalício e com prazo de validade, evidencia contradições com o TC previsto pela Lei 9985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que se configura como regulamento jurídico de mediação de conflitos, de pactos e de diálogo na perspectiva da garantia dos direitos multiculturais das populações tradicionais inseridas no contexto de Unidade de Conservação de Proteção Integral. O TC estabelecido no SNUC surge no contexto dos "novos direitos" que, segundo Santilli, seriam aqueles conquistados por meio de lutas sociopolíticas democráticas de natureza emancipatória, pluralista, coletiva e indivisível. O TC do PELAG pode se configurar como retrocesso, ampliando a vulnerabilidade social das comunidades extrativistas.

Palavras-chave:

Parques naturais; Termo de compromisso; Comunidades tradicionais; Porto do Açú.

Abstract:

This work aims to analyze the environmental conflicts presented when installing the Industrial Logistics Complex of Açú Port (CLIPA) and the Açú Lagoon State Park (PELAG) created within the licensing of CLIPA. This region, which appears to be an 'Impact Zone', provides subsistence for several extractivist communities. The artisan fishermen suffer restrictions in the practice of fishing both by the installation of the CLIPA and the creation of the PELAG. Governor's Decree No. 43.522/2011, which created the PELAG, established the obligation of signing a commitment (TC) between the artisan fishermen, who work in the lagoons of Açú, and the managing agency, the Environmental State Institute (INEA). The TC, characterized as authorizing, lifelong and with a validity date, presents inconsistency with the TC set out in Law 9985/2000 - National System of Nature Conservative Units (SNUC). SNUC is a Regulation that mediates conflicts, agreements and dialogues in the perspective of guaranteeing the multicultural rights of traditional population inserted in the context of Conservation Units of Full Protection. The TC referred in the SNUC arises within the context of 'new rights', which, according to Santilli, would be the ones fought for by democratic sociopolitical struggles of emancipatory, pluralistic, collective and indivisible nature. The TC of the PELAG can be considered as a retrograde step, enlarging social vulnerability of extractivist communities.

Keywords:

Natural parks; Commitment; Traditional communities; Açú Port.

Alba Simon

Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: albasimon7@gmail.com

Rodrigo Vilhena Herdy Afonso

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: rodrigovilhena@id.uff.br

Camila Aguiar Lins do Nascimento

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: camila.aln90@gmail.com

Introdução

A categoria "Parque Natural" foi idealizada como um espaço de natureza público voltado à pesquisa, lazer, turismo e educação ambiental. Como categoria de manejo do grupo de proteção integral, tornou-se símbolo e sinônimo de conservação da natureza no Brasil e no mundo, evidenciando conflitos socioambientais em situações de sobreposição com territórios de uso tradicional por populações locais. A lógica subjacente de "não uso" dos recursos inerentes a esta categoria, baseado em um suposto "uso indireto", se contrapõe à lógica de uso e apropriação do espaço e de recursos naturais em espaços sociais, produtivos e tradicionais, onde os indivíduos continuam a fazer e viver de formas particulares, em um contexto marcado por alta diversidade cultural, étnica e biológica.

Essa concepção histórica de conservação se pauta no distanciamento entre natureza e sociedade e na crença de uma suposta hostilidade endêmica da espécie humana frente ao uso equilibrado, ou mesmo o não uso, dos recursos biológicos necessários para "um futuro comum" (SIMON, 2010). Para Barreto Filho (2001 p. 33), tudo se passa como se, para um contingente expressivo de formuladores e executores, as ações conservacionistas por meio de Unidades de Conservação de proteção integral fossem - ou deveriam ser - resultado de um processo administrativo tecnocientífico.

O fato é que, a partir do ato legal que legitima a criação de um Parque Natural,

os residentes em seus limites passam a estar em desconformidade com o ordenamento jurídico brasileiro, mesmo antes da desapropriação ou reassentamento. Na lógica de uma territorialização "privada" do Estado, esses residentes sofrem frequentemente constrangimentos por parte de agentes de fiscalização ou dos próprios gestores das Unidades de Conservação (UCs), além do congelamento da atividade econômica pela necessidade de cessar os usos tradicionais anteriores e pelas dificuldades em acessar políticas públicas básicas tendo em vista sua situação, agora, irregular. Em outras palavras, há um cerceamento dos direitos constitucionais amplificando a condição de vulnerabilidade socioambiental, na qual muitos já se encontravam antes da criação da UC (SIMON, 2010, p. 13).

O processo de elaboração da Lei 9985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é um capítulo importante da história da conservação brasileira por ter potencializado os embates entre correntes de pensamento opostas - socioambientalistas e preservacionistas - e garantir ambas concepções no corpo da lei. Uma das tímidas conquistas, porém, muito relevante, foi a garantia da permanência de comunidades tradicionais nas UCs de proteção integral, ainda que provisoriamente, por meio do estabelecimento de um Termo de Compromisso (TC).

Considerando a necessidade de acompanhar a implementação, debater e analisar as possibilidades e desafios

deste instrumento jurídico, o Grupo de Pesquisa Dinâmicas Sociais em Áreas Naturais Protegidas do PPGSD-UFF deu início a investigações sobre os conflitos e potencialidades de TCs em três Parques Estaduais do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) administrados pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a saber: Parque Estadual da Pedra Branca, P. E. da Serra da Tiririca e P. E. da Lagoa do Açu, que se encontram em fases distintas com relação à instituição do TC.

Nesse sentido, o presente artigo visa refletir sobre a instituição do TC no Parque Estadual da Lagoa do Açu (PELAG), objeto de investigação recente do Grupo de Pesquisa, que investiga os impactos e potencialidades do TC que, nesse caso, foi instituído no âmbito do Decreto de Criação do PELAG e não após a sua criação, a partir da participação da comunidade local "afetada" como preconiza a Lei do SNUC.

A pesquisa em curso teve início em outubro de 2015 e pretende acompanhar a gestão do INEA junto ao processo de celebração do TC, considerando a possibilidade de apontar ou propor ajustes em sua elaboração e execução. Foram realizadas visitas à área do PELAG, conversas com o gestor da UC e equipe do Parque, além de entrevistas, reuniões, conversas com pescadores da Região Norte Fluminense, principalmente os que estão inseridos na dinâmica social do PELAG e do Porto do Açu.

Termo de Compromisso na lógica da pactuação

Importa registrar que os conflitos socioambientais evidenciados com a sobreposição de UCs de proteção integral em territórios de comunidades tradicionais foi considerado o tema mais polêmico no processo de elaboração do SNUC, cujo Projeto de Lei tramitou por dez anos no Congresso Nacional até ser aprovado em 2000.

A instituição de TC com as comunidades tradicionais em Unidades de proteção integral, reconhecidas como residentes ou usuárias antes da criação

da UC, foi uma das importantes conquistas do socioambientalismo no SNUC. O TC foi regulamentado pelo Decreto 4.340/2002 e prevê diálogo entre Estado e sociedade no processo de elaboração e celebração do TC.

Em 2012, por meio da Instrução Normativa 26, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão responsável pela criação e gestão das Unidades de Conservação Federais, regulamentou o TC, para efeitos de gestão das UCs Federais, regularizando os

procedimentos para a construção, implementação e monitoramento do TC. Nela, o TC é considerado um documento que compila medidas e acordos temporários, vigentes enquanto a regularização fundiária, ou a execução de uma alternativa considerada pertinente, não ocorrer. Determina, ainda, que a elaboração deva ser participativa, com o envolvimento da comunidade e do corpo gestor em todo o processo de construção. A IN-26 orienta que, no período de preparação do TC, devem ser considerados os conhecimen-

tos tradicionais que, juntamente com os conhecimentos científicos, irão determinar diretrizes para técnicas adequadas de manejo dos recursos naturais visando uma maior eficiência, tanto na promoção da conservação dos recursos quanto na manutenção ou melhoria da qualidade de vida da população.

Desta forma, a regulamentação do TC junto ao órgão federal possibilitou, pelo menos teoricamente, maior aproximação entre poder público e comunidades tradicionais, reconhecendo saber tradicional no mesmo patamar do conhecimento científico e que ambos determinarão as formas de uso e apropriação dos recursos nos limites das UCs. Dessa forma, o TC pode ser considerado um avanço legal, que possibilitou romper com o paradigma da expulsão compulsória de comunidades tradicionais em UCs de proteção integral (Simon, Madeira Fi-

lho e Alcântara; 2015).

Mesmo com esses avanços, a prática costuma ser diversa, e sempre vale o debate sobre o conceito e, ao mesmo tempo, o preconceito das concepções vigentes sobre as comunidades tradicionais. Vianna (2008, p. 250) atesta, ao analisar as definições de populações tradicionais contidas em documentos estratégicos relacionados às áreas protegidas, que o estabelecimento dessas definições determina um padrão de atitude possível para essas populações, compatível com a conservação da natureza e sempre referido a um horizonte temporal. Daí resulta seu enquadramento em um modelo que pressupõe a manutenção da "harmonia com a natureza" que as caracterizam como tradicionais e que acaba impondo seu congelamento. Assim, conclui a autora, o referencial do movimento ambientalista e da

política conservacionista não são os direitos dessas populações, mas o dano ambiental que elas possam ou não gerar, e seus direitos estão ligados a seu bom comportamento ambiental. Já Santilli (2004, pg. 140), ao se referir ao SNUC, considera que houve um reconhecimento, pelo ordenamento jurídico brasileiro, da essencialidade do território para as populações tradicionais e de sua importância para a própria construção da identidade coletiva das mesmas.

Assim, percebe-se que os TCs passam a ser objeto de análise e investigação na medida em que surgem no contexto dos "novos direitos", que, segundo Santilli, seriam aqueles conquistados por meio de lutas sociopolíticas democráticas de natureza emancipatória, pluralista, coletiva e indivisível.

PELAG: um caso especial

Criado em 2012, pelo Decreto Estadual nº 43.522, o PELAG localiza-se em um trecho da faixa costeira da Região Norte do RJ, mais precisamente entre os Municípios de Campos dos Goytacazes (no Distrito de Farol de São Thomé), onde está sua maior parte, e São João da Barra (5º distrito - Barra do Açu), onde está uma pequena fração da área do Parque. Sua área, de aproximadamente 8.251 hectares (82,5 Km²), estende-se por áreas de restinga, de todas as tipologias, e manguezais, além de uma área úmida e/ou alagada importante, com destaque biológico especial para o Banhado da Boa Vista e a Lagoa do Açu, referencial migratório para determinadas espécies de aves e refúgio para outros animais e plantas nativos, raros, endêmicos ou vulneráveis (INEA, 2013).

A criação do PELAG está associada ao licenciamento do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açu (CLIPA) pelo INEA. O CLIPA localiza-se integralmente no Município de São João da Barra, no distrito de Açu, imediatamente ao Norte do Parque. Esse megaempreendimento de 90 Km² une a ideia de um condomínio

industrial a um superporto, projetado, inclusive, para ser o maior do Brasil. O projeto foi lançado pelo Grupo EBX em parceria com o Governo Estadual e Federal em 2006, tendo iniciado suas obras em 2007. O Plano Diretor de São João da Barra, instituído no âmbito do processo de licenciamento do CLIPA, prevê um distrito industrial imediatamente a Oeste do CLIPA denominado Distrito Industrial de São João da Barra - DISJB, abrangendo uma área de 72 Km², mirando os investimentos que o Porto pode atrair para a Região. Desta forma, o porto e o distrito industrial estão intrinsecamente relacionados. O local escolhido para instalação do CLIPA e do DISJB localiza-se estrategicamente entre as cidades do Rio de Janeiro e Vitória, onde outrora constituía extensa área de restinga, parte da mesma restinga que o PELAG objetiva preservar.

Na área do CLIPA, estão instaladas diversas indústrias voltadas para o apoio de operações offshore, tais como a National Oilwell Varco, que fornece componentes mecânicos para sondas de perfuração e tubos flexíveis de óleo e gás;

a Technip Brasil, que oferece serviços e tecnologia para campos de desenvolvimento em águas profundas; a Wärtsilä Brasil, que produz motores de navio e geradores para termelétricas; a BP Prumo, que distribui combustíveis marítimos; a Anglo American, que embarca minério de ferro no porto, dentre outras. Os investimentos feitos por estas empresas, somados, passam dos 2 bilhões de dólares e geram mais de seis mil empregos diretos, além dos R\$ 13 bilhões investidos pela Prumo Logística desde 2008 (PRUMO, 2016). Nesse sentido, o PELAG se insere em uma região de alto investimento econômico e relações globalizadas.

O processo de licenciamento do CLIPA pelos órgãos ambientais não foi isento de críticas formuladas por ambientalistas do País e também da Região Norte do Estado, que sempre almejavam a conservação da região da Lagoa do Açu e dos remanescentes de restinga por meio da criação de uma UC de proteção integral.

A implantação e a operação de um empreendimento altamente impactante como o CLIPA obrigou os empreendedo

res, no âmbito do licenciamento ambiental aprovado, ao cumprimento de critérios legais de compensação ambiental. A partir desta constatação, a ideia de proteção da região por intermédio de UC de proteção integral ganhou força junto aos dirigentes do extinto Instituto Estadual de Florestas, atual INEA. A intenção original dos dirigentes do INEA era comprometer o empreendimento a assumir os custos de implantação e gestão do futuro Parque, tais como construção de centro de visitantes, pagamento de pessoal, veículos e etc., como compensação pelos impactos à biodiversidade!

Apesar da intenção, a pressão dos empresários do CLIPA pela criação de uma Reserva Privada, nesse caso, de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, categoria de conservação prevista no SNUC, na região a ser impactada, prevaleceu, "livrando-os" de assumir o apoio à implementação do

futuro Parque, ou seja, assumir os custos da gestão de uma UC pública. Então, criou-se a RPPN Fazenda Caruara, com 4 mil hectares (equivalente a 40 Km², o que corresponde a menos da metade da área destinada ao CLIPA), localizada próximo ao Porto, considerada a maior UC privada de restinga do Brasil. Porém, por ser uma UC privada, a visitação e as pesquisas ficaram condicionadas à autorização dos proprietários, que também são beneficiados com a isenção do Imposto Territorial Rural (ITR) pelo SNUC. Destaque-se que a legislação ambiental estadual coloca as RPPNs no grupo das UCs de Proteção Integral.

A criação de uma UC privada em área menor do que a área pretendida para o PELAG não foi satisfatória para os dirigentes do então Instituto Estadual de Florestas e nem para pesquisadores e ambientalistas da Região Norte. Nesse sentido, contrariamente ao que se supõe,

essa situação criou um clima favorável e constituiu-se em oportunidade política para insistir no projeto de criação de Parque Natural, o PELAG, mesmo quando a esperada parceria com os empreendedores não ocorreu.

Interessante observar que, apesar do estabelecimento do PELAG ocorrer em época e contextos bem diferentes das UCs de proteção integral na Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980, uma concomitância chama atenção.   no contexto de uma das obras mais impactantes do ERJ nos últimos 10 anos, que suprimiu grande área de restinga, ecossistema associado à Mata Atlântica, que surgiu a oportunidade política para a criação de um Parque, cujo objetivo de conservação é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza c nica, segundo o SNUC.

Analizando o Termo de Compromisso no caso do PELAG

Criado em 2011 pelo Decreto 43.555, 11 anos após a instituição do SNUC, na Região Norte do RJ, a delimitação do PELAG incidiu sobre as lagoas utilizadas historicamente por pescadores da Região Norte do RJ. O próprio Decreto de Criação prev e que o órgão gestor celebrará um TC com os pescadores artesanais, tanto os residentes nas imediações do Parque como também os pescadores artesanais da Região Norte Fluminense, que utilizam as lagoas inseridas nos limites do Parque para assegurar sua subsistência.

O Decreto estipula ainda um prazo de 180 dias para o órgão gestor efetuar um cadastro de pescadores artesanais que dependem da pesca nos limites do Parque. Esse cadastro permitirá assinar um TC, condicionando a esse TC a autorização pessoal e intransferível para pesca artesanal na área do PELAG.

O estabelecimento do TC no âmbito do Decreto de criação do PELAG condicionando-o a um cadastro, que levará a uma autorização única e vitalícia, nos leva a refletir sobre quais seriam as reais intenções dos idealizadores do PELAG

junto à comunidade pesqueira nos limites do Parque, e quais as possibilidades de pactuação e permanência ou de amplificação das vulnerabilidades sociais que o TC ensejaria. O estabelecimento do Termo no âmbito do Decreto de criação do PELAG, que é condicionado a uma autorização final, soa muito mais como um "ajustamento de condutas" travestido de "compromisso". A instituição dessa "obrigação", pela qual os pescadores devem assinar o TC junto ao INEA,   diametralmente oposta ao TC estabelecido no âmbito do SNUC que, apesar de um TC temporário, pressupõe diálogo com os moradores locais no sentido de perceber a dinâmica de uso dos recursos naturais pela comunidade tradicional e, a partir de então, pactuar limites e possibilidades de uso do território e dos recursos naturais nos limites da UC. No caso do PELAG, os pescadores que têm seu sustento vinculado à pesca nas lagoas, agora inseridas nos limites do Parque, não terão a possibilidade de construção desse pacto junto ao Inea. Não há brechas legais para construção desse instrumento jurídico a

partir dos diferentes modos de vida e, conseqüentemente, das diferentes relações que essas famílias desenvolveram com o ambiente e paisagem dos quais fazem parte. O TC instituido no Decreto de criação do PELAG   uma autorização/cadastro para a pesca nas lagoas.

Uma reflexão inicial sobre o cadastro dos pescadores artesanais, que está sendo elaborado pelo Inea e que dará origem ao TC assinado individualmente, diz respeito aos "compromissos" que poderão ser estabelecidos entre o órgão gestor e esses pescadores se, para o cadastramento, a única exigência for a comprovação de domicílio do pescador em qualquer município da Região Norte Fluminense ao invés da exigência de comprovação da dependência da pesca nos limites do Parque para sua subsistência. Nesse sentido, se faz necessário conhecer um pouco da dinâmica de uso das lagoas para a subsistência e da realidade social e econômica das comunidades do entorno do PELAG.

Comunidades locais no entorno do PELAG

No entorno do PELAG, localizam-se várias comunidades rurais como São Thomé, Quixaba, Xexé, Maria da Rosa e Marrecas. Nesta última, estão localizados dois assentamentos rurais, no qual vivem cerca de 132 famílias: Ilha Grande e Che Guevara.

Em levantamentos realizados por Pinheiro, em 2014, sobre as comunidades de Quixaba, Xexé e Maria da Rosa, a autora identificou, dentre outras características, que a maioria dos moradores dessas localidades residem há mais de 40 anos, no caso da primeira, e entre 20 e 40 anos no caso das demais². Pinheiro identificou também um baixo grau de escolaridade e renda, que gira em torno de um salário mínimo. Quanto às atividades econômicas

desenvolvidas por estas comunidades, a agricultura, a pesca e a retirada de taboa para a confecção artesanal de esteiras “de palha” são as principais nas três comunidades mencionadas. Estas três atividades principais estão diretamente relacionadas às lagoas da região inseridas nos limites do PELAG, seja para a pesca, seja porque as roças são cultivadas em suas margens, seja porque a taboa é uma planta retirada das lagoas (PINHEIRO, 2014).

As áreas situadas nos limites do PELAG são utilizadas historicamente por pescadores, agricultores e extrativistas artesanais e, embora muitos não residam nos limites, utilizam as lagoas e charcos para pescar, plantar e tirar taboa para o

autossustento.

A partir das visitas de campo, constatou-se que as esteiras de taboa trançadas à mão são vendidas para atravessadores, que pagam alguns centavos por cada uma e as revendem nas cidades da região como artesanato ou para servirem de proteção contra avarias no transporte de móveis e outros objetos frágeis. A pesca marinha é uma forte atividade econômica da região, abastecendo o mercado regional; porém, a pesca nas lagoas não tem grande expressão econômica de mercado, limitando-se ao autoconsumo, assim como a agricultura, o que faz dessas tradições ainda mais invisíveis sob o ponto de vista econômico e de pressão social.

Considerações Finais

O CLIPA e o PELAG inauguram a expulsão compulsória e aprofundam a vulnerabilidade social das comunidades extrativistas a partir de supostas conquistas, benefícios e compensações ambientais ou “novos compromissos”. Os impactos na pesca artesanal são de grande extensão, volume e escala, e vão desde a dragagem realizada para instalação do Terminal 1 do CLIPA, que modificou as correntes marinhas e impactou a pesca diretamente, e as proibições de circulação de barcos na área até a criação do PELAG, área produtiva de pesca para diversas comunidades da região, que estabeleceu regras e prazo para os pescadores, impossibilitando que as futuras gerações possam também pescar.

No caso do TC estabelecido no Decreto de criação do PELAG, vale dizer que as conquistas obtidas durante o caloroso debate que permeou a elaboração do SNUC no sentido de garantia de direitos ao uso e apropriação dos recursos naturais ou a justa indenização pela e para as comunidades tradicionais foi suplantada pelo ajuste de comportamento e/ou conduta implícito no TC do Decreto do PELAG. Nesse sentido, a imposição de um Termo de Compromisso de caráter autorizativo pelo órgão

gestor para os usos tradicionais na área impossibilita a construção conjunta de regras de uso dos recursos naturais baseada na dinâmica de uso das lagoas para a subsistência e na realidade social e econômica das comunidades do entorno do PELAG. Desta forma, os conflitos ambientais evidenciados com a criação do PELAG em área de uso tradicional não são visibilizados, não são explicitados, e passam a ser interpretados como “danos ao ambiente natural”, passíveis então de um modelo de “ajustamento de condutas”.

Sem esquecer que a própria categoria de UC Parque Natural para a área, que é sabidamente utilizada por pescadores artesanais, parece equivocada, visto que o SNUC traz categorias de uso sustentável mais adequadas à situação.

Entretanto, o forte caráter político e ideológico intrínseco à discussão sobre presença humana em áreas protegidas complexifica o estabelecimento de consensos, mesmo que temporários, e, conseqüentemente, de diretrizes ou procedimentos a serem adotados nos casos concretos em que se verifica esta sobreposição (BARRETO FILHO, 2001), criando, nesse sentido, horizontes temporais para futuras gerações. Os critérios para

o cadastramento dos pescadores que utilizam as lagoas do Parque também não têm relação aparente, pois exigem que, para ser cadastrado, o pescador artesanal comprove ser domiciliado em município da Região Norte Fluminense ao invés da exigência de comprovação da dependência da pesca nos limites do PELAG para sua subsistência.

Outro ponto importante é que a ênfase dada pelo decreto às palavras “subsistência” e “dependência” não deixa claro que esta subsistência engloba a reprodução material, social e cultural destes pescadores artesanais, e não somente uma dependência meramente econômica, a ideia subjacente é a de pescador artesanal trabalhando em quiosque de praia em troca de salário e não mais dependendo da pesca no interior do Parque para “matar a fome”.

Outra preocupação em relação ao caráter pessoal e intransferível da concessão de autorizações de pesca, após assinatura do TC, é a impossibilidade de garantia e/ou previsão de concessão de autorizações de pesca para as futuras gerações de pescadores artesanais, constituindo-se em afronta ao direito de reprodução cultural e social, visto que, se os jovens forem proibidos de

pescar, não haverá razão para aprender a pescar com os mais velhos, impondo um ponto final na transmissão deste conhecimento. Talvez esse fato eviden-

cie que as batalhas na “arena SNUC” não estão encerradas, mas continuam existindo nessas disputas de interpretação sobre qual concepção de natureza

deve prevalecer, qual delas é a mais legítima: a de uma natureza idílica ou a de uma natureza sócio referenciada.

Notas

¹Essa intenção ficou registrada nas transcrições das audiências públicas, que constam nos autos do processo administrativo de criação do PELAG, Processo: E-07/502044/2011

²Em visita a Quixaba, conversando com alguns pescadores, ouvimos relatos de que esta comunidade estaria estabelecida a mais de 200 anos.

Referências

AFONSO, Rodrigo; MENEZES, Allan; NASCIMENTO, Camila e OLIVEIRA FILHO, Gabriel. **A Convenção 169 da OIT: Pluralismo e Monismo em contextos pós-coloniais**. Trabalho apresentado no 5º Seminário Interdisciplinar em Sociologia e Direito, 2015.

BARRETO FILHO, Henyo. **Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral da Amazônia brasileira**. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

PINHEIRO, Kelly. **Levantamento do Perfil Socioeconômico, da Percepção Ambiental e dos Conflitos no Entorno do Parque Estadual da Lagoa do Açú/RJ**. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Área de Concentração de Sustentabilidade Regional. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. 2014.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Editora Peirópolis, 2005.

SIMON, Alba; MADEIRA FILHO; Wilson, ALCÂNTARA, Leonardo Alejandro Gomide. **Relativizando a conservação: os casos dos “acordos da castanha” na Reserva Biológica do Rio Trombetas, em Oriximiná-PA, e o Termo de Compromisso no Morro das Andorinhas, no Parque Estadual da Serra da Tiririca, em Niterói-RJ**. ANPOCS, Caxambu, 2015.

SIMON, Alba. **Recategorizando a Conservação: do Apego do Biocentrismo às investidas socioambientalistas na concepção e na gestão de Unidades de Conservação**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. 2010. UFF. Niterói.

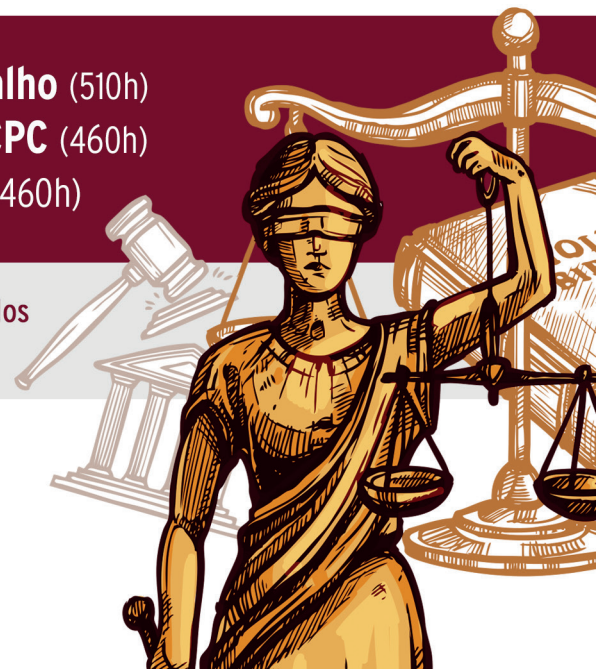
PÓS-GRADUAÇÃO EM:

- **Direito Processual Civil e o Processo de Trabalho** (510h)
- **Direito Processual Civil com Ênfase no Novo CPC** (460h)
- **Direito Penal, Processo Penal e Criminologia** (460h)

Módulo comum a todos: faça o primeiro curso completo + os módulos específicos dos demais e receba as TRÊS DIPLOMAÇÕES.

Objetivo

Promover o debate e a reflexão sobre as principais polêmicas surgidas no campo do Direito civil e penal, com ênfase nas inovações introduzidas no novo CPC, o novo regramento aplicável aos recursos e outros temas controversos decorrentes da aplicação prática da nova legislação processual em vigor.



Porto do Açu: uma Análise de Conteúdo das Notícias na Mídia Impressa Regional

AÇU PORT: A CONTENT ANALYSIS OF NEWS IN REGIONAL PRINT MEDIA

Resumo:

A construção de um complexo portuário no litoral do Município de São João da Barra, na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, gerou grande expectativa em torno do empreendimento, relacionando-o ao desenvolvimento, ao crescimento econômico, à geração de emprego e renda, a investimentos e, também, a impactos ambientais e socioeconômicos. Este trabalho tem o objetivo de analisar o conteúdo das notícias sobre o Porto do Açu, publicadas nos jornais impressos regionais Folha da Manhã, O Diário e Quotidiano, verificando o enquadramento dado pela mídia ao empreendimento e se ela contribuiu para o debate e a reflexão das questões relacionadas ao Porto, a partir dos diferentes temas, gêneros jornalísticos, valência e fontes utilizados na construção de suas notícias. A pesquisa, que utiliza a metodologia da análise de conteúdo, tem como recorte temporal três períodos pré-estabelecidos entre os anos de 2006 e 2015, que compreendem o anúncio e a fase inicial do Porto; a crise nas empresas do grupo que controlava o empreendimento; e a sua entrada em operação, com mudança de comando e do perfil de suas atividades, possibilitando uma análise comparativa das notícias antes, durante e após a crise no Porto.

Palavras-chave:

Porto do Açu; Análise de Conteúdo; Mídia; Comunicação e Informação.

Abstract:

The construction of a port complex on the coast of the São João da Barra municipality, in the North of Rio de Janeiro State, Brazil, raised high expectations on development, economic growth, income and employment generation, investment and environmental and socioeconomic impacts around this enterprise. This work aims to analyze the informational content of the news about the Açu Port published in the regional print newspapers Folha da Manhã, O Diário and Quotidiano, verifying the way the media introduced the enterprise and if this media contributed to the debate and analysis about the issues concerning the Port from different themes, journalistic fields, validity and sources used to produce news. This research, which applies the methodology of content analysis, has a timeline with three pre-established periods between 2006 and 2015 that include the announcement and the initial phase of the port; the crisis in the companies of the group that managed the enterprise; and its beginning of operation when changes in the command structure and in the profile of activities occurred, allowing comparative analysis of news before, during and after the crisis in the Port.

Keywords:

Açu Port; Content Analysis; Media; Communication and Information.

Dayanne Vieira Maia

Jornalista no Instituto Federal Fluminense. Mestre em Planejamento Regional e Gestão da Cidade pela Universidade Candido Mendes - Campos/RJ (UCAM-Campos).

E-mail: dayanne.maia@ifff.edu.br

Rosélia Perissé da Silva Piquet

Doutora em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM-Campos).

E-mail: ropiquet@terra.com.br

Eduardo Shimoda

Doutor em Produção Animal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Professor do Mes-

trado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM-Campos).

E-mail: prof_shimoda@yahoo.com.br

Introdução

O anúncio da construção de um complexo portuário no litoral do Município de São João da Barra, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, em 2006, gerou grande expectativa em torno do empreendimento, relacionando-o a investimentos, à geração de empregos, ao desenvolvimento e a outras transformações no município, de 32.747 habitantes (IBGE 2010), e no município vizinho de Campos dos Goytacazes que, por oferecer maior infraestrutura e serviços, também seria impactado pelo Porto.

Desde o lançamento de sua pedra

fundamental, em 2006, e início de sua construção, em 2007, o Porto do Açu fez parte da agenda da mídia nacional e regional/local. Propagado pelo grupo EBX e pelo empresário Eike Batista como um "megacomplexo", "superporto", "o maior e mais eficiente complexo portuário da América Latina, podendo se posicionar entre os 3 maiores portos do mundo", o empreendimento gerou momentos de incerteza, com atraso nas obras e desistências de ocupação de empresas, entre os anos de 2012 e 2013, com a crise da EBX, iniciando sua operação em 2014, já sob o comando da Prumo Logística S/A, com proporções bem menores do que as anunciadas pela empresa EBX. Durante todo o período de

anúncio e implantação, o Porto do Açú foi tema de diversas matérias nos veículos de comunicação da região, que falavam sobre a grandiosidade do empreendimento, o desenvolvimento, a expectativa de crescimento populacional, a criação de empregos, a qualificação profissional, a degradação ambiental, os protestos de trabalhadores e as desapropriações irregulares, entre outros temas.

Mediante todas as questões relacionadas à instalação de um Grande Projeto de Investimento (GPI) em um território e tendo em vista a abrangência dos meios de comunicação de massa e sua influência na formação da opinião pública, este trabalho tem o objetivo de analisar o conteúdo das notícias sobre o

Porto do Açú, fazendo um comparativo entre o período inicial do Porto, o período de crise e o período de sua entrada em operação, verificando o enquadramento dado pela mídia impressa regional ao empreendimento, e se ela contribuiu para ampliar o debate e a reflexão das questões relacionadas ao Complexo Portuário, a partir dos diferentes temas, gêneros jornalísticos, valência e fontes utilizados na construção de suas notícias, evidenciando os pontos positivos, seus impactos e consequências para a região, ou apenas reproduziu o discurso das forças econômicas e políticas, que difundiram uma ideia de progresso e de desenvolvimento.

Para atingir os objetivos propostos, foi utilizada metodologia de abordagem

quantitativa e qualitativa, com utilização de análise documental e de análise de conteúdo das notícias sobre o tema Porto do Açú, tendo como fonte de dados os jornais impressos diários do Município de Campos dos Goytacazes, Folha da Manhã e O Diário, de circulação regional, e o jornal Quotidiano, de circulação mais restrita ao Município de São João da Barra. A pesquisa tem como recorte temporal os períodos de dezembro de 2006, julho de 2007 a junho de 2009; o ano de 2013; e janeiro de 2014 a junho de 2015, que compreendem, respectivamente, o anúncio e início da construção do Porto do Açú, a crise do Grupo EBX, do empresário Eike Batista, e sua entrada em operação.

O Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú

No dia 27 de dezembro de 2006, o empresário Eike Batista lançou a pedra fundamental do Porto do Açú, no 5º Distrito de São João da Barra, tendo como vetor atrativo a proximidade com as reservas petrolíferas da Bacia de Campos, situadas a cerca de 150 quilômetros, agregando a função de apoio offshore (LEO, 2014).

As obras do Complexo Logístico Industrial e Portuário do Açú tiveram início em outubro de 2007, com a construção de um píer que ligaria o terminal de cargas ao continente, com previsão para realizar o primeiro embarque de minério de ferro em 2009. O empreendimento, que estava inserido na etapa da modernização portuária brasileira, recebeu investimentos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2010.

Em um vídeo de divulgação¹ produzido para a LLX, a companhia apresenta o projeto do Complexo Portuário, chamado pela empresa de “Superporto”, como o maior e mais eficiente complexo portuário da América Latina, com 150 km² de retroárea, 2,5 vezes o tamanho da Ilha de Manhattan, nos Estados Unidos, posicionando-se entre os três maiores portos do mundo. O projeto contava com dois terminais que totalizavam 11 km de cais, o TX1

(offshore) e o TX2 (onshore), com nove berços dedicados à movimentação de minério de ferro e de barris de petróleo.

Conforme relatório da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB, 2011), o Complexo Portuário contaria, também, com um Distrito Industrial na sua retroárea. O empreendimento, que previa investimentos de 3 bilhões de reais e geração de 10 mil empregos diretos em sua infraestrutura, seria viabilizado pela parceria público-privada entre a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) e a LLX Açú Operações Portuárias, subsidiária da LLX Logística, do grupo EBX. Para o Distrito Industrial, estavam previstas plantas de pelletização, cimenteiras, polo metal-mecânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadoras de automóveis, pátios de armazenagem, inclusive para gás natural, cluster para processamento de rochas ornamentais e usinas termoelétricas.

O projeto incluía, ainda, um mineroduto, com cerca de 500 quilômetros de extensão, que cortaria 32 municípios, para o transporte de minério de ferro, extraído da mina de Conceição do Mato Dentro/MG pela MMX/Anglo American Mineração, até o Porto do Açú, para processamento e exportação (PESSANHA, 2014).

Nos primeiros anos após o início da

construção do Porto, o empresário Eike Batista assinou memorandos de entendimento com diversas empresas interessadas em instalar-se na retroárea do Açú. Segundo Leo (2014, p. 157), o empresário “anunciava os ‘*emouiu*’ (do inglês M.O.U., *Memorandum of Understanding*) como se tivesse a solidez de uma instalação produtiva já levantada em sua Roterdã tropical”. Durante a abertura de capital da LLX, em julho de 2008, Eike anunciava ter mais de 30 memorandos de entendimento assinados com companhias estrangeiras, que arrendariam áreas de seu Distrito Industrial e sustentariam o empreendimento. “A história da EBX, nos anos seguintes, foi uma sucessão de anúncios de desistência dos signatários desses memorandos” (LEO, 2014, p. 159), incluindo a fábrica de automóveis da Nissan, que desistiu do Porto e decidiu se instalar no Município de Resende-RJ, e a siderúrgica chinesa *Wuhan*, cujo memorando foi assinado pelo presidente chinês, Hu Jintão, durante visita ao Brasil, em abril de 2010.

O atraso nas obras, problemas ambientais e desistências de empresas geraram um clima de incerteza em relação ao futuro do Porto. O ano de 2013 marcou a queda das ações das empresas do Grupo EBX na bolsa de valores, a venda e a passagem de comando de suas com

panhias e o processo de recuperação judicial da OGX e da OSX. A LLX foi vendida no 2º semestre de 2013 para o grupo americano *EIG Global Energy Partners*, deixando para trás o X, passando, então, a se chamar Prumo Logística Global (LEO, 2014).

O Complexo Portuário do Açu começou a operar no 2º semestre de 2014, com

proporções bem menores do que o projeto inicial. Entre as operações no Porto do Açu, Pessanha (2015) destaca as atividades ligadas à Petrobras e o transbordo de petróleo em área abrigada, previsto para entrar em operação em 2016.

Para Monié (2015, p. 9), o redimensionamento do projeto mantém as características operacionais do Porto, mas

a zona industrial perde sua função multifuncional, participando de um espaço de fluxos de menor complexidade, centrando suas atividades no processamento e escoamento do minério de ferro e, sobretudo, no apoio logístico offshore às plataformas da Bacia de Campos.

Relação porto-cidade e os impactos do empreendimento

Progressivamente, a tendência de indissociabilidade e interdependência entre porto e cidade é substituída pelo distanciamento e afastamento. No mundo globalizado, com os imperativos de fluidez de mercadorias e a operação transescalar, os portos modernos possuem características impostas pelo mercado, que ignoram a escala local. Porto e cidade são apresentados, na maior parte dos casos, como antagônicos: “a cidade seria um obstáculo à fluidez de circulação” (MONIÉ, 2009, p. 11).

Vainer (2007, p. 6-7) diz que os grandes projetos de investimentos projetam sobre os espaços locais e regionais interesses quase sempre globais, e que os GPIs são uma forma de organização territorial que a tudo se sobrepõem, “fragmentando o território e instaurando circunscrições e distritos que, no limite, constituem verdadeiros enclaves”.

O caso do Complexo Portuário do Açu, em São João da Barra, não é diferente da maioria dos portos implementados na era da globalização. De acordo com Pessanha (2015, p. 21), ele é a materialização do que se chama transescalar, um empreendimento privado, criado e fomentado pelo mundializado mercado de comercialização de commodities, com apoio do Estado em suas três esferas, e que se instala no território gerando uma série de impactos.

A natureza do projeto do Porto do Açu, com a construção de infraestrutura portuária e de um complexo industrial voltado para a exportação, possui como característica a baixa internalização de suas atividades no local de implantação e, portanto, “uma capacidade limitada de gerar encadeamentos favoráveis

à dinamização da economia da região, tendendo a induzir apenas a criação de pequenos negócios ou serviços, que exigem, normalmente, pessoal menos qualificado” (PIQUET; SHIMODA, 2014, p.126). Os autores citados revelam que, apesar de existirem efeitos benéficos, os estudos empíricos sobre grandes empreendimentos indicam que, nas localidades que recebem os projetos, ocorrem crescimento populacional e ocupação urbana desordenada, deslocamentos de populações rurais de suas terras, entre outros impactos negativos. “O balanço entre perdas e ganhos só pode ser efetivamente positivo quando existir a mobilização dos agentes locais para a defesa de seus interesses” (PIQUET; SHIMODA, 2014, p. 135).

Lemos e Rodrigues (2012, p. 5) consideram que as infraestruturas são sempre necessárias, pois permitem o escoamento dos fluxos, mas não são, por si só, suficientes para o desenvolvimento econômico, que depende “das potencialidades locais pré-existentes e do dinamismo dos atores locais, que devem ser encorajados a participar dos projetos de desenvolvimento”.

No caso do Porto do Açu, não há conhecimento da existência ou de divulgação de políticas públicas voltadas para a geração de desenvolvimento econômico, a partir do Complexo Portuário, ou de estudos de impactos do empreendimento. Entre os relatórios já divulgados estão os da AGB e os de empresas de consultoria contratadas pelo empreendimento. O que se viu durante a implantação do Complexo Portuário foram beneficiamentos das três esferas de governo, com financiamentos do BNDES, isenções

fiscais e redução de impostos em nível estadual e municipal, além de facilitação das concessões de áreas para o Distrito Industrial, desapropriações de terra e licenciamentos ambientais.

Oliveira (2012, p. 79) diz que, na Região Norte Fluminense, especialmente na escala municipal, pode-se identificar a vulnerabilidade das administrações frente aos GPIs, que são atraídos pelos fatores geográficos, como a proximidade com a Bacia de Campos, mas que definem suas instalações pelas facilidades oferecidas pelos poderes locais, caracterizando a “guerra dos lugares”. Como afirma Vainer (2010, p.114), “O prefeito não existe. Não existe mais o poder local. O poder local é o grande projeto: ele redefiniu a totalidade daquele espaço e criou, na verdade, uma nova instância de poder”.

Ao mesmo tempo em que as forças hegemônicas se instalam no território, promovendo um rearranjo no espaço, que inclui inovações produtivas e econômicas, elas também geram impactos negativos e conflitos socioeconômicos, políticos e ambientais (OLIVEIRA, 2012, p. 68).

Desde a sua implantação, o Porto do Açu vem provocando conflitos e impactos socioeconômicos e ambientais no território. Lemos e Rodrigues (2011) revelam que o processo de desapropriação de terras para a construção do Distrito Industrial abrangiu 1.403 lotes de terrenos, contabilizando 70 milhões de metros quadrados, tornando-os áreas em favor da Codin-RJ. Comunidades, compostas por propriedades pequenas e médias de agricultura de base familiar e pecuária, tiveram que deixar suas ter

ras. Os autores dizem que os discursos de modernização e geração de empregos buscam justificar os danos causados à população local, “mas a população do 5º Distrito não será candidata a estas vagas devido à exigência das empresas. Na fase de operação, as chances serão ainda menores por prescindir de mão de obra ainda mais especializada” (LEMOS; RODRIGUES, 2011, p. 12).

De acordo com relatório da AGB (2011), as desapropriações para a cons-

trução do Distrito Industrial geraram impactos sobre o modo de vida e economia local, como o rompimento das relações com a vizinhança existente, a destruturação de relações simbólicas da população com o lugar, a desestabilização da estrutura agrária local, além da interrupção de práticas locais de produção e de subsistência. A AGB (2011, p. 49) destaca, ainda, que os impactos diretos e indiretos da construção do Complexo Portuário incluíram “danos à pesca, assoreamento

de lagos e rios, especulação imobiliária e redução da produção agropecuária”.

Monié (2015) ressalta que os impactos ambientais dos grandes empreendimentos costumam suscitar as maiores tensões, e que dentre os impactos da construção do porto-indústria do Açú que mais mobilizaram os ambientalistas está o processo de salinização das águas subterrâneas e superficiais, em decorrência da obra e da destruição de considerável área de restinga.

A agenda da mídia e sua influência na formação da Opinião Pública

Os veículos de comunicação atuam como mediadores dos fatos e informações para a sociedade que, sem a mídia, não teria acesso ao que acontece ao redor do mundo. Lima (2004, p. 51) diz que os meios de comunicação exercem uma função central na sociedade.

A maioria das sociedades contemporâneas pode ser considerada como centrada na mídia (*media centric*), uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela.

A função social da mídia numa sociedade democrática é a de informar o público, sem censura, levando os diferentes ângulos de um acontecimento, sem deixar de lado o compromisso com a credibilidade e veracidade dos fatos, dando subsídios para que os indivíduos tirem suas próprias conclusões. McCombs (2009, p.15) diz que, em boa medida, “o jornalismo é mais do que simplesmente contar uma boa história. É contar histórias que possuam utilidade cívica significativa”.

Entretanto, com a industrialização e o crescimento dos meios de comunicação de massa, dois polos tornaram-se dominantes na emergência do campo jornalístico contemporâneo, de acordo com Traquina (2012, p. 24): o polo econômico, com a visão das notícias como um negócio; e o polo ideológico, que vê a imprensa como elemento fundamental na teoria democrática e o jornalismo como um serviço público. Para este au-

tor, “a tensão entre os dois polos é permanente e insolúvel”.

Em muitas ocasiões, o dever e a função social do jornalismo de informar a sociedade são colocados em segundo plano para atender aos interesses políticos e econômicos das empresas jornalísticas. Gans (1979, p. 81 *apud* TRAQUINA, 2012, p. 199) destaca que “as notícias são, entre outras coisas, o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”, e que o primeiro poder dos jornalistas, editores ou proprietários de meios de comunicação é o de decidir o que é notícia, sabendo que ela “dá existência pública aos acontecimentos”.

A Teoria (ou hipótese) da Agenda - *Agenda Setting*, formulada por Maxwuel McCombs e Donald Shaw, na década de 1970, estabelece que a agenda da mídia exerce influência sobre a agenda do público, determinando os temas que são proeminentes na imagem do público, influenciando, também, sua maneira de pensar e de agir. De acordo com McCombs (2009, p. 111), a ideia teórica central da Teoria da Agenda é que “os elementos proeminentes na imagem da mídia tornam-se proeminentes na imagem da audiência. Aqueles elementos enfatizados na agenda da mídia acabam tornando-se igualmente importantes para o público”.

A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública

de forma que ele se torne foco de nossa atenção e do pensamento do público - e, possivelmente, ação - é o estágio inicial na formação da opinião pública. (MCCOMBS, 2009, p. 18)

Principal referência teórica para os estudos de McCombs, Walter Lippmann publicou a primeira versão do título “A Opinião Pública”, em 1922. Lippmann é considerado o pai intelectual da ideia do Agendamento. Para ele, os veículos de comunicação transmitem informações de uma realidade que, muitas vezes, está distante de nós, recriando-a e determinando as imagens que temos sobre ela. Como as pessoas não têm como saber ou presenciar todos os acontecimentos, a informação que chega até elas é transmitida, em grande parte, pela mídia. De acordo com Lippmann (1922 *apud* MCCOMBS, 2009, p. 19), “a opinião pública responde não ao ambiente, mas ao pseudoambiente construído pelos veículos de comunicação”. Este autor diz, ainda, que para quase todas as preocupações da agenda pública, “os cidadãos tratam de uma realidade de segunda-mão, uma realidade que é estruturada pelos relatos dos jornalistas sobre estes eventos ou situações”. A opinião pública seria fruto da ação de grupos de interesse ou pessoas agindo em nome de grupos:

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabe

ça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas ou de indivíduos agindo em nome de grupos é Opinião Pública com letras maiúsculas (LIPPMANN, 2008, p. 40).

As imagens que o público tem da construção da realidade a partir dos acontecimentos narrados pela mídia contribuem para a formação da Opinião Pública, com letras maiúsculas. “A opinião reconhecida como pública, então, seriam as opiniões feitas públicas. E não as opiniões surgidas do público” (LIPPMANN, 2008, p. 140).

Diante disso, podemos dizer que são inegáveis os efeitos da mídia sobre a sociedade. Os assuntos divulgados pela mídia, principalmente os que recebem maior ênfase, são temas de conversas em grupos, na família, na escola, no trabalho, entre outros lugares. A pauta destas conversas é sugerida pelos jornais, televisão, rádio e internet, propiciando ao público a hierarquização dos assuntos que devem ser pensados/falados. “A realidade social passa a ser representada por um cenário montado a partir dos meios de comunicação de massa” (BRUM, 2003, p. 2).

O conceito de Enquadramento ou *Framing* pode ser considerado um desdobramento da Teoria da Agenda. Ele está diretamente relacionado ao agen-

damento. Além de estabelecer a agenda do público, a mídia também teria influência sobre o enfoque e o que pensamos sobre determinado fato.

O enquadramento é constituído através de procedimentos de seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos ou informações, de forma a compor perspectivas gerais através das quais os acontecimentos são dados a conhecer. Trata-se de uma ideia central que organiza a realidade dentro de determinados eixos de apreciação e entendimento, que envolvem inclusive o uso de expressões, estereótipos, sintagmas, etc. (ROTHBERG, 2010, p. 54 - 55).

Ao selecionar o ângulo da notícia, o seu tamanho, o título, as imagens e as suas legendas e o *lead*², além do formato de gêneros jornalísticos e da escolha das fontes das notícias, o jornalista/editor da notícia está fazendo um enquadramento. A mídia define o que é relevante e essencial ao enfatizar determinado tema. Zanetti (2008, on-line) diz que “a maneira como um assunto é enquadrado pela mídia influencia a forma de recepção deste assunto no público leitor”. Druckman (2001, p. 1041 *apud* ZANETTI, 2008) diz que um efeito de *framing* ocorre quando, “ao longo da descrição de um assunto ou evento, a ênfase do enunciador sobre um subconjunto de considerações relevantes em potencial faz com que os indivíduos se concentrem nessas considerações ao

construírem suas opiniões”.

De acordo com Miranda (2012, p. 30), “os enquadramentos oferecem, assim, contextos para a interpretação das mensagens jornalísticas” por parte do público. A partir do enquadramento, a mídia não só pauta a agenda do público como direciona a sua maneira de pensar e interpretar um determinado acontecimento ou tema. Alguns aspectos tornam-se relevantes e outros são descartados.

É importante ressaltar, porém, que o poder da mídia sobre os receptores não é ilimitado. Com o advento das novas tecnologias, o público tem a oportunidade de buscar outras informações e outros pontos de vista sobre um tema ou acontecimento em outros canais de comunicação, principalmente na internet. Maia (2014, p. 61) diz que com o poder que a internet proporciona aos cidadãos de buscar informações diferenciadas, e com a possibilidade dos cidadãos também serem agentes produtores de informação, “os efeitos que a mídia exerce sobre o público ainda são presentes e intensos, mas começam a tomar novas configurações frente a uma sociedade informatizada e global”.

O papel dos gêneros jornalísticos e das fontes de notícias

Os gêneros jornalísticos têm um importante papel para a compreensão das mensagens produzidas pelos meios de comunicação de massa. Eles servem para informar, explicar e orientar os leitores, permitindo que estes identifiquem a forma e o seu conteúdo, possibilitando, também, um diálogo entre o jornal e o leitor (MEDINA, 2001, p. 50).

Marques de Melo (2003, p. 64) conceitua o gênero jornalístico como “um conjunto de circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para o seu público”. Para

o autor, o gênero “é a articulação que existe, do ponto de vista processual, entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura)”. A partir da compreensão dos diferentes tipos de gêneros, é possível analisar como a mídia enxerga seu compromisso social e sua relação com o público por meio do formato que escolhe para transmitir as informações aos leitores. Os gêneros determinam a intencionalidade do discurso e a forma como os acontecimentos serão abordados, se com seriedade,

de maneira abrangente, aprofundada ou de forma engraçada.

Pioneiro neste estudo no Brasil, Luiz Beltrão (1969; 1976; 1980) classifica os gêneros jornalísticos em: informativo, em que se enquadram os formatos notícia, história de interesse humano e informação pela imagem; interpretativo, com o formato da reportagem em grande profundidade; e opinativo, no qual se enquadram os formatos artigo, editorial, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor. Já o autor José Marques de Melo propôs uma classificação dos gêneros

jornalísticos em: informativo, opinativo, interpretativo, utilitário e diversional (MOURA, 2012).

Neste estudo, serão utilizados os gêneros informativo, interpretativo e opinativo, principais formatos, denominados por Medina (1988) de “informação, informação ampliada e opinião expressa”, seguindo as classificações propostas por Beltrão e Marques de Melo.

As fontes também desempenham um importante papel na construção da notícia e da agenda da mídia, sendo definidas por Schmitz (2011, p. 9) como:

Pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas, de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia.

Bonfim (2005, p. 4) diz que as teorias estruturalista e interacionista, consolidadas a partir da década de 1960, reforçaram o paradigma das notícias como uma construção social e contribuíram para a compreensão do papel das fontes nessa construção, admitindo que as notícias são resultado de “processos complexos de interação entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional dentro e fora de sua organização”. A mídia não constrói uma notícia de forma autônoma, ela depende de assuntos específicos fornecidos por fontes que detêm a informação ou presenciaram um determinado fato ou evento.

Melo (2012, p. 7) destaca que a rede informativa da mídia reflete a estrutura social já que, normalmente, são priorizadas as fontes que detêm maior poder político e econômico. “Desse modo, as fontes que estão hierarquicamente aci-

ma na ordem social são mais sistematicamente consultadas e, por sua vez, impõem o foco de atenção”. Hall *et al.* (1978, p. 18 *apud* SCHMITZ, 2011) dizem que, na hierarquia de credibilidade, as fontes mais poderosas possuem preferência nas declarações de temas controversos e que por mais que a mídia considere a fonte “especialista” como a mais fidedigna, por fornecer informações sem interesse particular, ela prefere as fontes nomeadas pelo autor citado como “autorizadas”, notadamente de organizações públicas. Desta maneira, as fontes oficiais e empresariais, além de serem mais consultadas, possuem um poder maior de interferir na agenda da mídia, que, por sua vez, tem a capacidade de influenciar a agenda pública.

Análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional

A pesquisa é composta por 616 notícias, publicadas nos jornais Folha da Manhã, O Diário e Quotidiano, nos três períodos pré-estabelecidos, com o objetivo de fazer uma análise comparativa entre o conteúdo das notícias antes, durante e após a crise no Porto do Açu, a partir da definição de quatro categorias de classificação para análise das notícias: (1) temas; (2) fontes; (3) gêneros/mensagens jornalísticos; e (4) valência. O período 1, de dezembro de 2006 e julho de 2007 a junho de 2009, compreende o anúncio e a fase inicial de construção do Porto; o período 2, compreende o ano de 2013, de agravamento da crise do Grupo EBX, com a passagem de comando do empreendimento para a Prumo Logística; e o período 3, que vai de janeiro de 2014 a junho de 2015, corresponde à mudança de comando do Porto do Açu e sua entrada em operação, retomando a sua característica inicial, voltada para o processamento e escoamento do minério de ferro e o apoio logístico offshore às plataformas da Bacia de Campos. Para atingir os objetivos propostos, fo-

ram formulados 13 temas, que fizeram parte da agenda da mídia, estabelecidos com base na recorrência em que apareceram durante a pré-análise dos jornais, conforme veremos adiante.

As fontes de notícias foram classificadas em: (1) Políticos, pessoas que exercem cargo público para o qual foram eleitas e secretários nomeados em função da política; (2) Representantes de órgãos públicos, que são pessoas em função ou cargo público, que se pronunciam pelo Estado e preservam os poderes constituídos (Executivo, Legislativo, Judiciário), como representantes dos Ministérios Públicos, por exemplo; (3) Empresarial, que representam empresas e corporações da indústria, comércio e serviços; (4) População, que geralmente se manifesta por si mesma, não falando em nome de grupos/associações; (5) Especialistas, que têm conhecimento para analisar os acontecimentos e suas possíveis consequências; (6) Institucional, como representantes de organizações sem fins lucrativos, associações, sindicatos e instituições de ensino; (7) Jor-

nalistas/colunistas; e (8) Outros.

Os gêneros jornalísticos foram divididos em: (1) informativo, que é a informação simples e objetiva dos fatos; (2) interpretativo, com a informação ampliada, mais contextualizada, em profundidade; e o (3) opinativo, que transmite a opinião e o ponto de vista do jornalista, colunista, dono de jornal ou leitor. A quarta categoria de análise, a valência, utilizada pelo Laboratório de Estudos Eleitorais em Comunicação Política e Opinião Pública - DOXA do IESP/UERJ, classifica as notícias, a partir do seu enfoque, em: (1) positiva; (2) negativa; e (3) equilibrada, que é a notícia que traz um equilíbrio entre elementos negativos e positivos.

Os resultados obtidos mostraram que o período em que o tema Porto do Açu ocupou com maior frequência a agenda da mídia foi o período 2, com 261 notícias, que equivalem a 42,4% do total. O segundo período com maior frequência de publicação de notícias sobre o empreendimento foi o período 3, com 183 notícias, que correspondem a 29,7%

do total, bem próximo do período 1, em que foram publicadas 172 notícias sobre o Porto, com 27,9% do total.

A análise dos temas das notícias publicadas na mídia impressa revelou, conforme o Gráfico 1, a predominância do tema Desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos, no período inicial do Porto, abordado em 50,0% das notícias publicadas nos três jornais. As notícias sobre geração de emprego e renda vêm em segundo lugar, com espaço em 15,1% das notícias publicadas no período 1, seguidas pelas notícias dos temas Construção do Porto, presente em 14,5% das matérias, e Qualificação profissional, com 10,5%. Os eventos de apresentação do empreendimento e a visita de políticos ao Porto foram abordados em 7,0% das notícias. Os impactos socioeconômicos e ambientais gerados pelo Porto, como a salinização da água e as desapropriações foram praticamente ignorados pela mídia, aparecendo em apenas 5,2% das notícias. Os temas relacionados a projetos para a comunidade

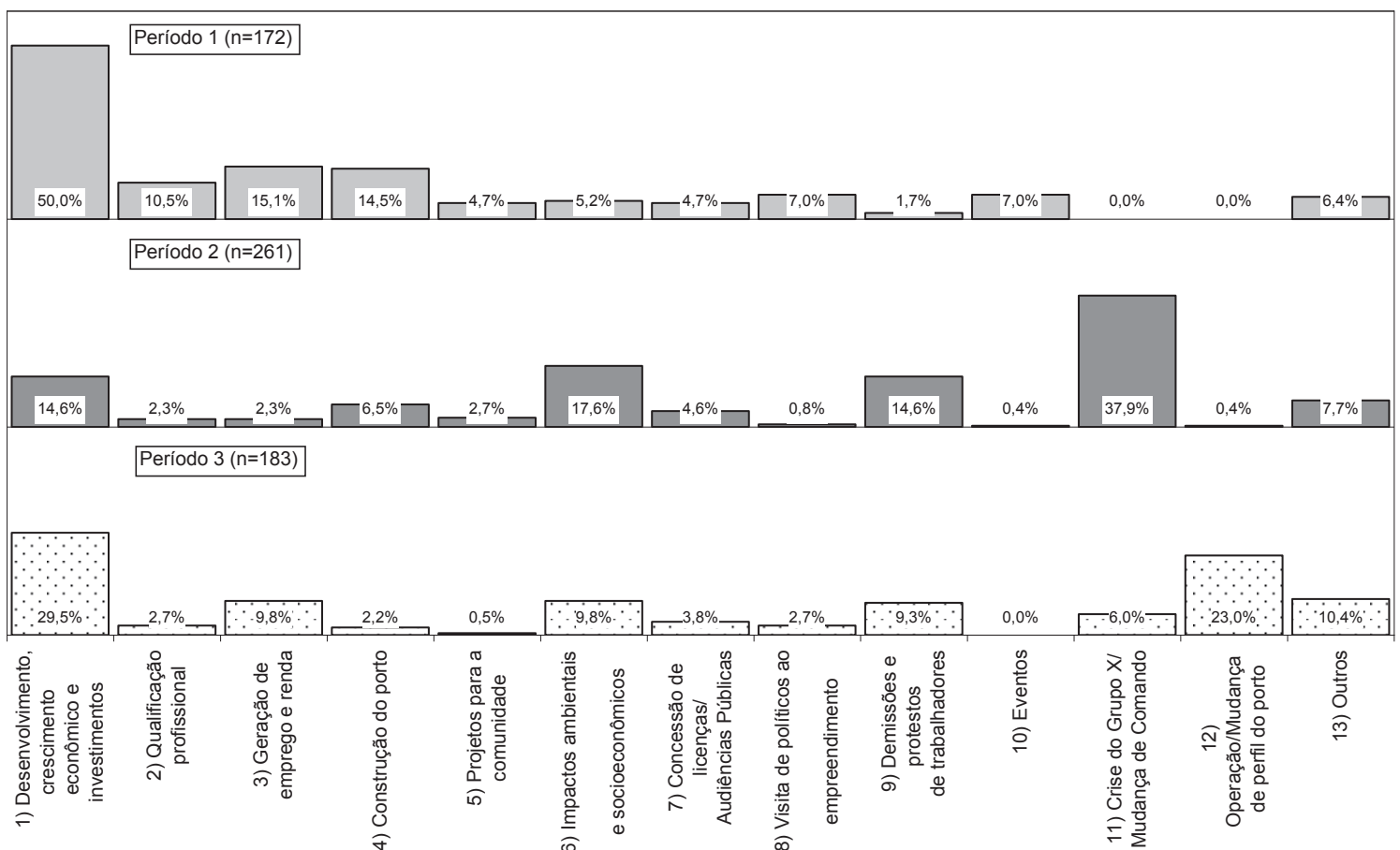
de, concessão de licenças e audiências públicas, demissões e protestos de trabalhadores foram abordados em menos de 5,0% das notícias.

No período 2, as notícias sobre a queda das ações do Grupo EBX, a paralisação de obras, a desistência de empresas que se instalariam no empreendimento e a passagem de comando do Porto do Açu para a Prumo Logística, entre outros temas relacionados à Crise do Grupo X/Mudança de comando, ocuparam com maior frequência a agenda da mídia, aparecendo em 39,9% das matérias, seguidas pelas notícias sobre os impactos socioeconômicos e ambientais, com 17,6%. As matérias sobre demissões e protestos de trabalhadores e desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos aparecem empatadas, em terceiro lugar, com 14,6%. O tema construção do Porto foi abordado em 6,5% das notícias, seguido pelo tema Concessão de licenças e audiências públicas, presente em 4,6% do total de notícias. No período de crise, foi registrada

uma queda considerável na abordagem dos temas Geração de emprego e renda e Qualificação profissional, presente em apenas 2,3% das notícias publicadas.

Durante o período 3, de entrada em operação do Porto, já sob o comando da Prumo Logística, o tema Desenvolvimento, crescimento econômico e investimentos voltou a ser o de maior abordagem na mídia, presente em 29,5% do total das matérias publicadas. Em segundo lugar, aparece o tema Operação/Mudança de perfil do Porto, presente em 23,0% das notícias. Os temas Geração de Emprego e Renda e Impactos Ambientais e Socioeconômicos foram abordados em 9,8% das notícias, seguidos pelo tema Demissões e Protestos de Trabalhadores, com 9,3%. As matérias sobre a crise do Grupo X e a mudança de comando do Porto ainda são repercutidas pela mídia no período, com 6,0% de frequência nas notícias. Os demais temas apareceram em menos de 4,0% das notícias ou não foram abordados.

Gráfico 1 - Frequência de abordagem dos temas relacionados ao Porto nos três períodos analisados.



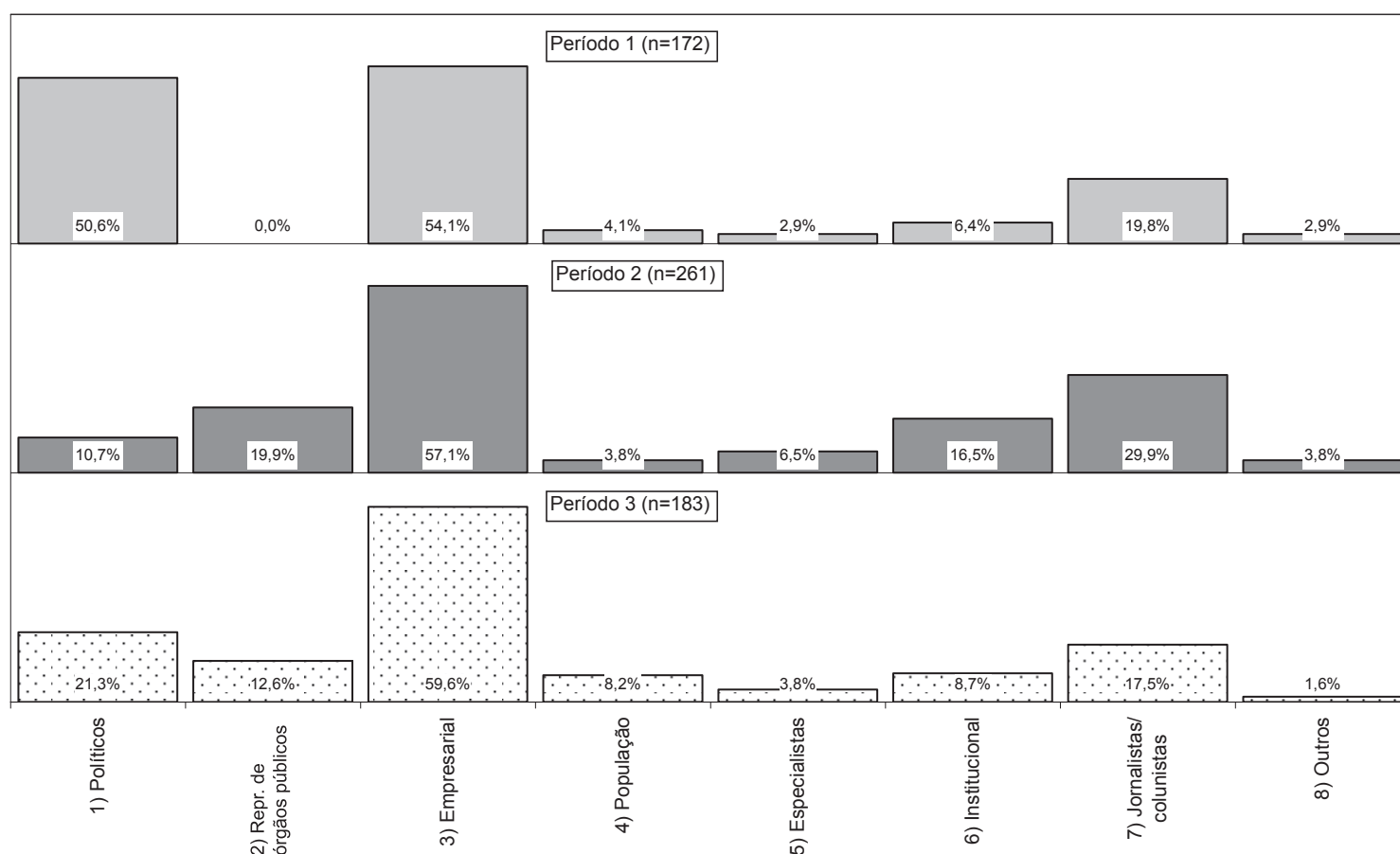
A pesquisa mostrou o predomínio da fonte empresarial e dos políticos nas publicações do período 1, com espaço em 54,1% e 50,6% das notícias, respectivamente. Os jornalistas/colunistas aparecem em terceiro lugar, com 19,8%, seguidos pela fonte institucional, presente em 6,4% das matérias. A população e os especialistas foram ouvidos em apenas 4,1% e 2,9% das notícias, nesta ordem. Os representantes de órgãos públicos não tiveram voz em nenhuma notícia no período.

No período de crise do Porto do Açu, no ano de 2013, a fonte mais utilizada pelos jornalistas em suas notícias continuou sendo a empresarial, com 57,1%, seguida pelos jornalistas/colunistas, com 29,9%. Os representantes de ór-

gãos públicos, como o Ministério Público, por exemplo, tiveram voz nas notícias do período 1, foram utilizados como fonte em 19,9% das notícias, principalmente em virtude das matérias sobre os impactos ambientais e socioeconômicos abordadas com maior frequência neste período. A fonte institucional também foi mais solicitada, aparecendo em 16,5% das notícias. Os políticos, que apareceram em mais de 50,0% das notícias no período de expectativa com relação ao Porto, preferiram se omitir no momento de crise ou não foram tão solicitados pela mídia, aparecendo em apenas 10,7% das notícias. Mesmo neste período crítico e de incerteza, os especialistas foram ouvidos em apenas 6,5% das notícias e a população, em apenas 3,8%.

Nas matérias do período 3, mais uma vez, verifica-se um forte predomínio da fonte empresarial, presente em 59,6% das notícias, como revela o Gráfico 2. Os políticos, que não foram tão requisitados ou preferiram não se pronunciar no período de crise, voltaram a aparecer na segunda posição, com voz em 21,3% das notícias, seguidos pelos jornalistas/colunistas, com citação em 17,5% e pelos representantes de órgãos públicos, com citação em 12,6% das notícias. A fonte institucional foi utilizada em 8,7% do total de notícias publicadas. O ponto de vista da população aparece com maior frequência que nos períodos anteriores, mas ainda com um índice muito baixo, de 8,2%. Os especialistas foram citados em apenas 3,8% das notícias.

Gráfico 2 - Percentual das fontes utilizadas nas notícias nos três períodos analisados.



Nos três períodos analisados, como mostra o Gráfico 3, as mensagens jornalísticas são, predominantemente, do gênero informativo, com 76,7% no período 1, 76,6% no período 2 e 85,8% no último período. O gênero opinativo foi utilizado em 22,7% das matérias no período

1 e em 22,6%, no período 2. A utilização deste gênero, que indica a opinião pessoal dos autores sobre determinado acontecimento, cai para 13,1% no período 3. O gênero interpretativo, que aborda os temas de maneira mais aprofundada, foi utilizado em apenas quatro das

616 matérias sobre o Porto do Açu.

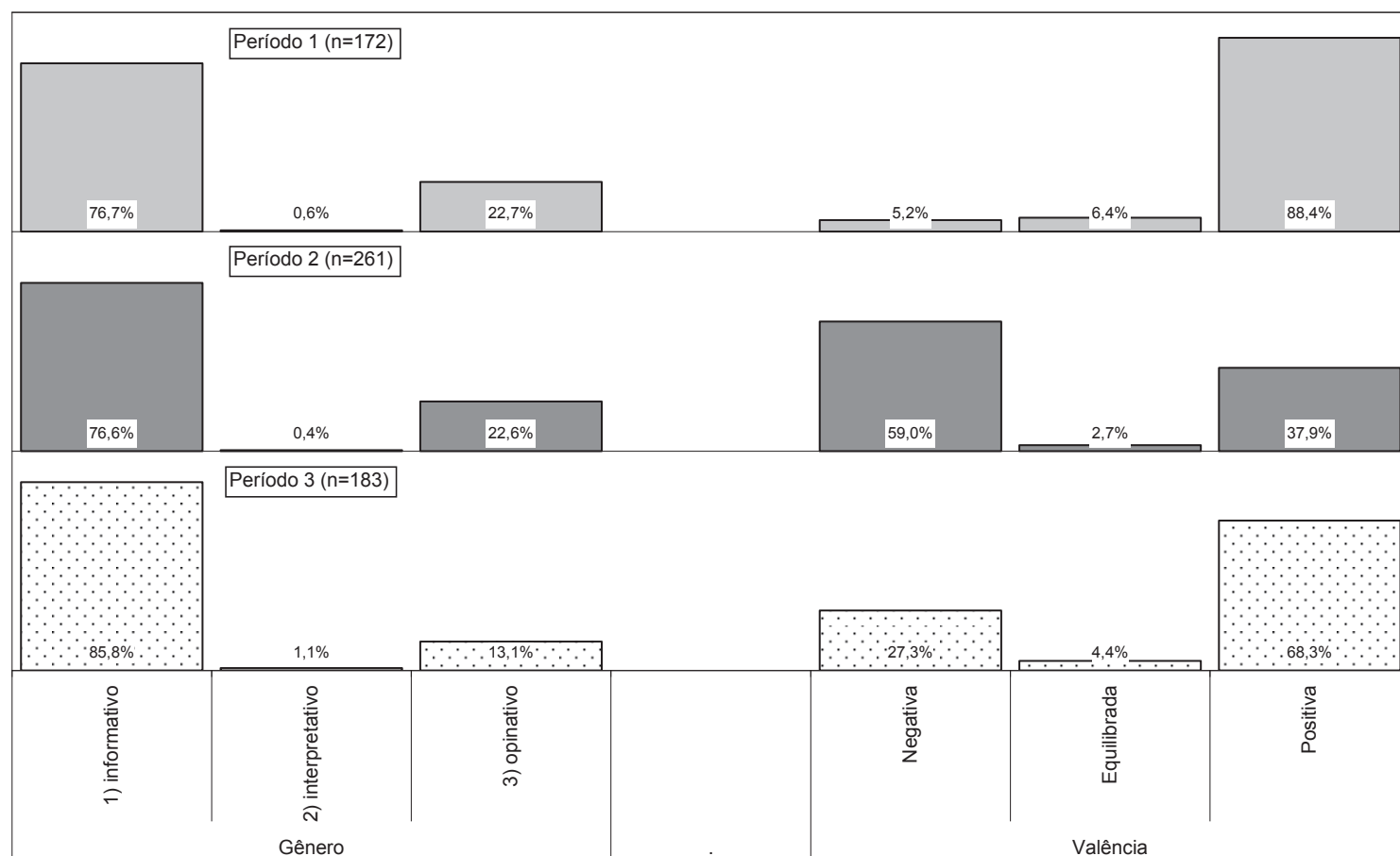
Em relação à análise de valência das notícias, ainda no Gráfico 3, podemos verificar que o período 1 foi o que teve maior percentual de matérias positivas sobre o Porto do Açu, com 88,4%. Neste período, 6,4% das notícias foram clas

sificadas como equilibradas, e apenas 5,2% das notícias tiveram enfoque negativo. No período 2, as notícias com enfoque negativo somaram 59,0% do total, superando as positivas, que apareceram em 37,9% das publicações.

As notícias de abordagem equilibrada representaram apenas 2,7% do total publicado. O período 3 volta a ser predominado pelas matérias que falam sobre o Porto de maneira positiva, com 68,3%. As matérias de enfoque nega-

tivo representam 27,3% das publicadas neste período, em que a derrocada das empresas do Grupo EBX ainda repercute na imprensa. As matérias equilibradas equivalem a apenas 4,4%.

Gráfico 3 - Percentual de utilização dos gêneros jornalísticos e valência das notícias.



Considerações finais

Os resultados mostraram, na fase de expectativa e início da construção do Porto, quando a população, em geral, não tinha conhecimento dos impactos positivos e negativos que ele poderia causar no território, um comprometimento da mídia na repercussão de notícias que falavam sobre a magnitude do empreendimento, desenvolvimento, progresso, crescimento econômico e outros benefícios que ele poderia gerar.

Somente no período de crise, com a repercussão nacional da queda das ações das empresas de Eike Batista, das desistências de empresas que haviam assinado memorandos de intenção para instalação no Complexo Portuário, é que estes

e outros fatos relacionados aos impactos ambientais e socioeconômicos tiveram maior destaque nos jornais regionais. Mesmo nesse período, a mídia não deixou de abordar o tema Desenvolvimento, crescimento econômico e investimento, que voltou a ocupar a primeira posição entre os temas mais frequentes na fase de mudança de comando e início de operação do Porto.

A partir dos resultados obtidos, é possível dizer que a mídia impressa não contribuiu para a reflexão e o debate ponderado das questões relacionadas ao Porto. A escolha do gênero informativo para quase 80% das notícias publicadas mostra que os temas foram abordados

de forma mais abrangente e superficial. O número extremamente reduzido de matérias do gênero interpretativo e de matérias com enfoque equilibrado revela que a mídia não teve a intenção de orientar os leitores, ampliar o debate, aprofundar e contextualizar os fatos e os temas relacionados ao Porto do Açu. A escolha das fontes para a construção de suas notícias também demonstra isso, visto que a maioria das matérias publicadas trouxe apenas a visão de empresários e/ou políticos. Os especialistas, que poderiam contribuir com seu conhecimento técnico para o debate e esclarecimento da população, foram consultados em apenas 4,7% das notícias publicadas.

Notas

¹Vídeo de divulgação do empreendimento portuário em São João da Barra, produzido para a LLX. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13QDJ2SOqmc>. Acessado em 15 de outubro de 2015.

²O *lead* é o primeiro parágrafo do texto jornalístico e deve responder a perguntas básicas como o quê, quem, quando, onde, como e por que se deu o acontecimento, oferecendo logo no início as principais informações sobre o fato.

Referências

- AGB. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Rio-Niterói – Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários. **Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú**. Rio de Janeiro, 2011.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- _____. **Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- _____. **A Imprensa Informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- BONFIM, W. S. **A agenda das fontes e a agenda jornalística**. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SB-PJOR. Florianópolis, 2005.
- BRUM, J. A hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas. **Revista Razón y Palabra**, n. 35, 2003. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/antiores/n35/jbrum.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- LEMOS, L. M.; RODRIGUES, R. C. A. **Complexo Portuário e modernização do território: atores em conflito**. 2011. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/24.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- _____. **Portos e Modernização: uma pauta de pesquisa**. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, ano X, n. 38, p. 5-6, 2012.
- LEO, S. **Ascensão e queda do império X: Eike Batista e as jogadas, trapaças e os bastidores da história da fortuna de mais de US\$ 34 bilhões que virou pó**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- LIMA, V. A. De. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, n. 61, p. 48-57, 2004.
- LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MAIA, F. F. **A partilha dos royalties do petróleo e o papel da mídia**. 119f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão da Cidade, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2014.
- MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MCCOMBS, M. **A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MEDINA, C. **Notícia, Um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDINA, J. L. B. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**, ano 5, n. 1, p. 45-55, 2001.
- MELO, P. R. A participação da fonte na construção da notícia: o caso do Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra (MST). **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora**, v. 6, n. 2, p. 1-21, 2012.
- MIRANDA, C. M. **Fontes Jornalísticas em Veja: enquadramento como estratégia de noticiabilidade em pautas de clima e meio ambiente**. 139f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Midiática, UFSM - RS, 2012.
- MONIÉ, F. **Análise geopolítica dos conflitos territoriais na área de influência do Complexo Portuário e Industrial do Açú - São João da Barra, RJ**. 2015.
- _____. **Desenvolvimento Territorial nas Cidades-Porto da América do Sul**. VII Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideú, Uruguai, 2009.
- MOURA, R. L. Gêneros jornalísticos na revista O Cruzeiro. In: MELO, J. M.; LAURINDO, R.; ASSIS, F. (Orgs.). **Gêneros Jornalísticos: teoria e práxis**. Blumenau: Edifurb, 2012.
- OLIVEIRA, C. **Os laços entre estado e capital privado: o grupo EBX como X da questão**. 91f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão da Cidade, UCAM, Campos dos Goytacazes, 2012.
- PESSANHA, L. S. G. **O Complexo Portuário do Açú e o cenário empresarial da Região Norte Fluminense**. 91f.

- Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2012.
- PIQUET, R. P. S.; SHIMODA, E. De braços abertos: as expectativas quanto aos impactos do Porto do Açú. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 1, p. 121-137, 2014.
- ROTHBERG, D. O conceito de enquadramento e sua contribuição à crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, R. (Org.). **Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo**. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 2010.
- SCHMITZ, A. A. **Fontes de Notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2012.
- VAINER, C. B. Classes sociais e poder político no planejamento. In: AMBIENS Sociedade Cooperativa (Org.). **Estado e lutas sociais: intervenções e disputas no território**. Curitiba: Kairós, 2010. p. 107 -120.
- _____. **Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial**. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém/PA, mai. 2007.
- ZANETTI, D. **O framing e o processo de construção da notícia**. **Revista PJ: BR - Jornalismo Brasileiro**, v. 10, 2008. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos10_a.htm>. Acesso em: 20 fev. 2016.

Grandes Projetos de Investimento e Produção do Espaço Fluminense - Notas Sobre a Instalação do Porto do Açú em São João da Barra - RJ

LARGE PRODUCTION AND INVESTMENT PROJECTS IN THE NORTH OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO - INFORMATION ABOUT THE INSTALLATION OF THE AÇU PORT IN SAO JOAO DA BARRA MUNICIPALITY

Resumo:

Os investimentos no setor portuário devem ser pensados como instrumentos a serviço de um projeto de desenvolvimento e não apenas do ponto de vista técnico e operacional. Além do papel econômico, os portos também possuem grande capacidade de produção do espaço. Entre os projetos portuários em desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro, destaca-se o Porto do Açú. O empreendimento está em construção no Município de São João da Barra desde 2007. Propagandeado como o terceiro maior porto do mundo, o Porto mostra como o Estado do Rio de Janeiro tem orientado suas políticas de ocupação do território baseadas na atração de investimentos privados como forma de alcançar o suposto desenvolvimento econômico e social. Este empreendimento está inserido em um quadro de pós-abertura econômica e reestruturação produtiva. Trata-se de um projeto conduzido pelo capital transnacional privado com o apoio do Estado.

Palavras-chave:

Porto do Açú; Estado do Rio de Janeiro; grandes projetos de investimento.

Abstract:

Investments in the port sector should be analyzed not only from the technical and operational point of view but also as vehicles for development projects. Besides the economic role, ports also have large production capacity of the territory. The Açú Port stands out among the port projects in development in the State of Rio de Janeiro. The enterprise has been under construction in the municipality of Sao Joao da Barra since 2007. The port, announced as the third major one in the world, shows the way in which the State of Rio de Janeiro has been basing its territory occupation policies on attracting private investments in order to achieve the supposed economic and social development. This project is inserted in a context of post-economic opening and productive restructuring. It is a project conducted by the private transnational capital and supported by the State.

Keywords:

Açú Port; State of Rio de Janeiro; large investment projects.

Gabriela Rebello Martins

Geógrafa (UFF); mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ); doutoranda em Geografia (UFF); Tutora dos cursos de graduação em Geografia do Consórcio CEDERJ; e tutora do curso de graduação em Engenharia Ambiental da UFSCar
E-mail: gabrielarebello@gmail.com

Introdução

Os grandes projetos de investimento (GPI) foram introduzidos no Brasil em meio ao *ethos* nacional desenvolvimentista do governo militar. Acselrad *et al.* (2005, p. 2) afirmam que, nesse período,

estabeleceu-se um “fordismo periférico” no Brasil, no qual a implantação de grandes projetos de apropriação do espaço junto a uma complexa estrutura industrial espacialmente concentrada no Sul e no Sudeste resultou na “ampliação dos espaços integrados à dinâmica do desenvolvimento capitalista (grandes obras de infraestrutura, grandes barragens, projetos de mineração e irrigação para agroindustrialização).” Esses empreendimentos eram desenvolvidos por empresas estatais e financiados por políticas de investimento do Banco Mundial com vistas à industrialização dos países “subdesenvolvidos”.

Diversas grandes obras de infraestrutura foram projetadas com base no discurso de levar crescimento e progresso às regiões em que se instalariam, fazendo com que “o formato típico da implantação no terreno da lógica modernizadora que acompanha o novo padrão de planejamento fosse o do *Grande Projeto de Investimento*” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 29). No âmbito da promoção dos GPIs, o “planejamento” regional transforma-se em produção do território para o empreendimento, de forma a viabilizar as condições necessárias para o funcionamento do projeto.

Na virada do século XXI, como resul

tado de correntes globais neoliberais, os GPIs tomaram fôlego novamente. Os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff afirmaram a opção pelo desenvolvimento econômico baseado na implantação de GPIs ao emitir diversas licenças necessárias para a autorização de obras de grande porte e elevado impacto ambiental.

A principal diferença desses empreendimentos territoriais para os projetos do período militar parece ser o fato de que as empresas responsáveis pelo desenvolvimento dos grandes projetos não estão mais sob o controle do Estado, mas, sim, nas mãos de grupos privados. Este cenário é fruto de um novo quadro institucional marcado por privatizações de setores estratégicos da economia e de

gestão do território, pela desregulamentação econômica e produção de um corpo jurídico, como no caso dos portos, que permitiu a entrada do setor privado na produção de infraestrutura no Brasil. No entanto, mesmo com as mudanças no papel do Estado na constituição de grandes projetos econômicos, estes empreendimentos ainda mantêm grande capacidade de organizar e transformar os espaços e de decompor e compor regiões.

O Estado do Rio de Janeiro destaca-se neste cenário devido à presença crescente de grandes corporações de capital brasileiro associados ao capital estrangeiro nos primeiros anos de século XXI. O objetivo é a implantação de grandes projetos de exploração e beneficiamento de recursos naturais e de logística.

Os projetos recebem apoio institucional e financeiro do Estado, com destaque para a atuação do governo do estado, no empenho na emissão de licenças, e dos governos locais bem como das principais organizações empresariais atuantes no Rio de Janeiro.

Entre estes projetos, destaca-se o Complexo Industrial do Porto do Açu em construção no Município de São João da Barra desde 2007. Propagandeado como o terceiro maior porto do mundo, o empreendimento mostra como o Estado do Rio de Janeiro tem orientado suas políticas de ocupação do território baseadas na atração de investimentos privados como forma de alcançar o chamado desenvolvimento econômico e social.

A busca pelo desenvolvimento econômico e pela inserção no mercado internacional: a instalação do Porto do Açu em São João da Barra

As discussões para a criação do Complexo do Porto do Açu tiveram início nos primeiros anos da década de 2000, quando o governo do Estado do Rio de Janeiro, na figura do então governador Anthony Garotinho, convidou o empresário brasileiro Eike Batista para construir um porto na Região Norte Fluminense do estado (VICTER, 2010).

O porto supostamente auxiliaria na dinamização da economia regional considerada estagnada, após a decadência do setor sucroalcooleiro, e dependente do recebimento de royalties originados na exploração petrolífera da Bacia de Campos. A proposta foi feita a Eike Batista. Este, segundo Victor (2010) “se encontrou com o Projeto e seus olhos brilharam para oportunidade”. Logo após avaliar o projeto, Eike Batista comprou as fazendas Caruara e Saco Dantas no 5º Distrito de São João da Barra, e o porto, no Norte Fluminense, tornou-se um porto de minério.

A escolha da localização deveu-se à presença de grandes porções de terras improdutivas, em São João da Barra, ameaçadas pela reforma agrária, fazendo com que o seu processo de compra e venda pudesse ser desenvolvido de

forma mais ágil e a um custo mais baixo.

O lançamento da pedra fundamental do projeto ocorreu em 27 de dezembro de 2006. Nessa mesma época, foi proposto ao governo municipal de São João da Barra elaborar um novo Plano Diretor de forma que se adequasse ao projeto mudando seu zoneamento. A licença de instalação do Porto foi emitida em 2007, já durante o governo de Sérgio Cabral. A partir de então, o governo do estado criou uma série de leis capazes de facilitar e diminuir os impactos da criação e operação do Porto.

A construção de um porto por uma empresa privada no Brasil só se tornou possível após a promulgação da Lei de Modernização dos Portos (Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993). Esta lei foi instituída com a finalidade de modernizar o setor portuário brasileiro. Ela estabelece uma nova concepção de construção e gestão dos portos brasileiros, tendo como objetivo diminuir a participação do Estado no setor, abrindo-o para a iniciativa privada.

Monié e Vidal (2006) afirmam que a reforma do sistema portuário brasileiro foi parte do conjunto de medidas adotadas para alcançar a inserção com-

petitiva do País na economia mundial. A reforma do setor foi uma resposta para questionamentos como “à ausência de competitividade dos portos brasileiros, comprometimento e inadequação da infraestrutura portuária, exaustão do modelo público de exploração portuária e esgotamento da capacidade de investimentos pelo Estado, excesso de centralização das decisões e, especialmente, pressões externas derivadas da inserção do país em uma economia mundial”.

Para a EBX, a localização do Porto, próximo à bacia petrolífera de Campos, assim como os interesses dos governos federal, estadual e municipal pela área, juntamente com a EBX, fizeram com que o projeto fosse ampliado, alcançando o patamar de porto-indústria, culminando na criação do Distrito Industrial de São João da Barra na retroárea do Porto do Açu. Desta forma, estava formado o que a EBX denominou de Superporto do Açu ou Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu, que congrega o Terminal Portuário e o Distrito Industrial de São João da Barra.

De acordo com a chamada Avaliação Ambiental Estratégica do Complexo do Açu (LLX/ARCADIS TETRAPLAN, 2009),

este conjunto de empreendimentos se constituiria como um fator estruturante, apresentando alto valor estratégico para o desenvolvimento da Região do Norte Fluminense.

A holding EBX (a empresa LLX, braço logístico da holding EBX, foi responsável pela construção do Porto do Açú até 2013) lançou, em 2012, um projeto de organização do território que denominou de *Plano de Gestão Integrada do Território - GIT*. O objetivo da atuação da EBX no Norte Fluminense era o de estruturar

“uma dinâmica territorial integrada, envolvendo diversos municípios e as diversas partes interessadas, para construir um território altamente competitivo por seus índices de qualidade empresarial, social e ambiental” (SCHEUNEAMANN; OOSTERBEEK, TRISTÃO 2012, p.255).

Segundo seus autores, o GIT foi idealizado em um contexto em que a realidade deixou de ser nacional e os governos, em sua atuação uninacional, não dariam conta de questões mundiais. Neste contexto, as empresas, sem vínculo nacio-

nal, apareceriam como potencialmente aptas para resolver problemas que afetam a sociedade global.

Neste caso, temos um empreendimento privado colocado como um elemento produtor do espaço com o apoio do Estado em suas diferentes escalas de poder. Assim, há um questionamento do papel do Estado capitalista monopolizador dos processos de produção do espaço (POULANZAS 2000 *apud* HAESBAERT, 2013).

Considerações finais

O Porto do Açú está inserido em um quadro de pós-abertura econômica e reestruturação produtiva. Trata-se de um projeto conduzido pelo capital transnacional privado com o apoio do Estado para sua materialização. Tanto a localização do Porto do Açú quanto seus acordos comerciais são resultados dos interesses das empresas controladoras, não fazendo parte de um projeto nacional de transportes e circulação de mercadorias. Para o Estado, a instalação do Porto é vantajosa à medida que ele supostamente movimentaria a economia local por meio da geração de impostos e empregos.

A rotina dos moradores de São João da Barra começou a se alterar com a chegada do empreendimento. Para atender à criação do Complexo do Açú, além de grande número de trabalhadores circulando pela cidade, verificou-se a expansão dos serviços. Entre as principais expectativas da Prefeitura de São João da Barra em relação à instalação

do Complexo, menciona-se o aumento da arrecadação municipal e a diminuição da dependência dos royalties do petróleo, o que, supostamente, poderá levar a uma maior independência financeira. As transformações também recaem sobre a organização do território. Neste caso, destaca-se a reformulação do zoneamento do município de forma a permitir a ocupação industrial, com base nas concepções do projeto, em uma área anteriormente destinada às atividades rurais.

A partir deste cenário, a imprensa caricaturou as mudanças do quadro político local, afirmando que “de patinho feio do Norte Fluminense, o município está se transformando em queridinho dos políticos” (RITTO, 2012), repercutindo, assim, na visita da presidente Dilma Rousseff, em abril de 2012, e nas idas do governador Sérgio Cabral ao canteiro de obras do Açú.

Desta forma, a criação do Complexo do Açú é exemplo dos vários projetos de

produção do espaço sendo estabelecidos no País em áreas que, historicamente, não apresentavam atividade econômica voltada para o mercado externo.

Há uma estreita relação feita pelos governos entre a melhoria da infraestrutura portuária no Brasil e o reposicionamento do País na Divisão Internacional do Trabalho como exportador de produtos primários e semielaborados, enfrentando assim o histórico problema de infraestrutura, garantindo a circulação de mercadorias e, em especial, sua exportação. Como advertem Monié e Vidal (2006, p. 977), o investimento no setor portuário, “não pode ser pensado apenas do ponto de vista técnico e operacional. Ele não é apenas um corredor, ele é mais: um instrumento a serviço de um projeto de desenvolvimento”. Além do papel econômico, os portos também possuem grande capacidade de produzir o espaço.

Referências

ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais e Deslocalização do Capital*. XI Encontro nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em pesquisa e planejamento urbano e regional. Bahia, 2005.

HAESBAERT, R. Os dilemas da globalização. In: HAESBAERT, R. (Org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

LLX - ARCADIS TETRAPLAN. *Avaliação Ambiental Estratégica - Complexo Industrial e Portuário do Açú*. LLX Logística, São Paulo, fevereiro de 2009.

MONIÉ, F.; VIDAL, S. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 6, p. 975-995, 2006.

RITTO, C. O que leva Dilma Rousseff à pequena São João da Barra: Presidente vai festejar obras de 3,8 bilhões de reais do Porto do Açú, de Eike Batista. Último chefe de estado a pisar na cidade foi Dom Pedro II. *Revista Veja*, 26 de abril de 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-que-leva-dilma-rousseff-a-pequena-sao-joao-da-barra-rj.org.br/pdf/JE_agosto_2012.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2012.

SCHEUNEAMANN, I.; OOSTERBEEK, L.; TRISTÃO, A. Estudo de caso: o programa de gestão integrada do território do Superporto do Açú. In: SCHEUNEAMANN, I.; OOSTERBEEK, L. (Orgs.). *Um novo paradigma da sustentabilidade: teoria e prática da gestão integrada do território*. Rio de Janeiro: IBIO, 2012.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VICTER, V. Porto do Açú. *O Globo*, 14 de abril de 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/wagner/posts/2010/04/14/porto-do-acu-283776.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

A estruturação e a dinamização do cluster portuário do Açú: uma abordagem prospectiva

THE STRUCTURING AND DYNAMIZATION OF THE AÇU PORT CLUSTER: A PROSPECTIVE APPROACH

Resumo:

A proposta deste trabalho é identificar quais os principais fatores de influência para a estruturação de um cluster portuário no entorno do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú (CLIPA), localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro. Acredita-se que, com a retomada da economia brasileira, o CLIPA passará a atrair uma grande diversidade de indústrias para a região, favorecendo a estruturação de um cluster portuário. Porém, é importante verificar que tipo de intervenção pode ser realizada a fim de dinamizar o sucesso deste empreendimento. Mediante o contexto de incerteza, foi utilizada a Análise prospectiva estratégica para alcançar o objetivo proposto e direcionar um processo de mudança. Concluiu-se que há a indicação de que os atores interessados no desenvolvimento deste cluster direcionem esforços para estimular a cooperação entre os atores presentes na região e que sejam ampliadas as ações para aumentar a atratividade do CLIPA para que empresas se instalem na região. Assim, de acordo com a metodologia aplicada, acredita-se que o desenvolvimento das ações propostas possa estimular uma maior dinamização do setor.

Palavras-chave:

Cluster portuário. Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú. Análise prospectiva estratégica

Abstract:

The purpose of this work is to identify the main influence factors for the structuring of a port cluster in the surroundings of the Logistics and Industrial Complex of the Açú Port (CLIPA), located in the interior of the state of Rio de Janeiro. It is believed that, with the resumption of the Brazilian economy, CLIPA will attract a great diversity of industries to the region, favoring the structuring of a port cluster. However, it is important to verify what type of intervention can be performed in order to boost the success of this enterprise. Through the context of uncertainty it was used the Strategic Prospective Analysis to achieve the proposed goal and direct a process of change. It was concluded that there is an indication that those actors interested in the development of this cluster should strive to stimulate cooperation among the actors present in the region and that the actions to increase the attractiveness of CLIPA for companies to settle in the region should be expanded. Thus, according to the applied methodology, it is believed that the development of the proposed actions can stimulate a greater dynamization of the sector.

Keywords:

Port cluster. Logistics and Industrial Complex of the Açú Port. Strategic Prospective Analysis.

Reyneé Bitencourt

Aluna do curso de Engenharia de Produção Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
E-mail: reyneebitencourt@hotmail.com

Edson Terra Azevedo Filho

Doutor em Sociologia Política
Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF
E-mail: edsonterrafilho@gmail.com

Alcimar das Chagas Ribeiro

Doutor em Engenharia de Produção
Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP) Universidade Estadual do Norte Flumi-

nense Darcy Ribeiro - UENF

E-mail: professoralcimar@gmail.com

Henrique da Hora

Doutor em Engenharia de Produção
Professor do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Aplicados à Engenharia e Gestão (SAEG) Instituto Federal Fluminense (IFF)

E-mail: dahora@gmail.com

Túlio Baita Reis

Mestre em Engenharia de Produção
Professor dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA)

E-mail: tuliobaitareis@gmail.com

Introdução

Apesar da turbulência que a economia

brasileira vem passando, em especial o Estado do Rio de Janeiro, o Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú (CLIPA), localizado em São João da Barra - RJ, merece destaque por sua atuação nos setores logístico e de Petróleo e Gás (P&G).

Após uma grave crise que culminou, em 2013, na troca de controle do porto do grupo EBX para o Energy & Information Group (EIG), mesmo não mantendo o ritmo de crescimento esperado, o CLIPA se mantém como alternativa fundamental para o processo de transformação econômica regional, segundo a percepção das lideranças governamentais e não governamentais do Estado do Rio de

Janeiro.

Porém, as referidas lideranças entendem que, em função dos efeitos da crise econômica, o complexo portuário encontra-se ainda aquém do seu potencial de geração de riquezas.

O CLIPA, caracterizado como um porto-indústria¹, oferece grande atratividade para a instalação de indústrias de diversas áreas de atuação. E com a expectativa do reaquecimento da economia, toda esta dinâmica poderá levar a região a uma rápida transformação econômica, favorecendo a estruturação de uma vultosa aglomeração produtiva multissetorial ao redor do empreendi-

mento.

Kocsis (2011) nomeia de cluster portuário o conjunto de organizações envolvidas de forma interdependente em atividades relacionadas às portuárias, localizadas em uma mesma região e que buscam o aproveitamento das externalidades positivas geradas.

Desta forma, apesar da grande expectativa em relação ao potencial de desenvolvimento econômico do aglomerado, um questionamento importante é o de como ocorrerá este processo. Que tipo de intervenção pode ser realizada a fim de dinamizar o sucesso da formação do referido cluster portuário?

Mediante o contexto de incerteza em relação ao futuro da região, julga-se importante identificar os principais fatores de influência por processo de estruturação e desenvolvimento do cluster portuário do Açu e como esses fatores se relacionam com as dinâmicas de evolução do contexto apresentado.

A prospectiva estratégica

De Langen (2007) ressalta que, em função de sua representatividade regional, é fundamental a análise dos clusters portuários por serem estes importantes fontes para a formulação de políticas públicas. Considerando-se também o contexto de incerteza a respeito do processo de estruturação do cluster portuário do Açu, optou-se pela adoção da análise prospectiva estratégica como suporte ao alcance do objetivo proposto.

Deve-se ressaltar que, em função da atualidade de um ambiente cada vez mais globalizado e turbulento, as metodologias prospectivas apresentam ferramentas que permitem certa flexibilidade estratégica para a tomada de decisão em relação ao futuro (GODET *et al.*, 2011).

Dentre os métodos de análise prospectiva estratégica, um dos que merecem mais destaque é o Método dos

cenários (La prospective), proposto por Godet (1993), que considera um cenário como uma forma de representação do futuro com o objetivo de iluminar a ação presente à luz dos futuros possíveis e desejáveis.

O Método dos cenários organiza o exercício prospectivo de forma a objetivar a definição de estratégias e clarificar os meios de execução, sendo realizado em duas etapas: a construção da base e de cenários. Como a proposta deste trabalho não aborda a elaboração de cenários, somente a primeira etapa será utilizada, que é composta da delimitação do sistema, da análise estrutural e da estratégia de atores.

Desta forma, na primeira fase do método, é realizada uma Delimitação do sistema, que consiste em um diagnóstico orientado, que permite identificar os

fatores que caracterizam e influenciam o contexto analisado. Após este levantamento geral, é realizada a Análise estrutural² a fim de identificar os fatores considerados como os mais influentes e, assim, orientar o direcionamento de mais esforços para compreender suas causas e efeitos.

PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL E CLÍNICA

Objetivo

Capacitar os profissionais para o trabalho de intervenção psicopedagógica, oferecendo-lhes conhecimento para atuarem tanto na prevenção quanto no tratamento dos problemas de aprendizagem, em uma abordagem psicopedagógica Institucional e clínica, que considera o sujeito no seu meio escolar, sociocultural e familiar. O psicopedagogo estará apto a atuar em instituições escolares, clínicas especializadas, hospitais, empresas, ONG's, dentre outras.

Identificação dos principais fatores de influência

Iniciou-se a aplicação do método a partir da Delimitação do sistema, realizando-se um extenso levantamento bibliográfico. Em seguida, foram efetuadas entrevistas on-line, via e-mail, com especialistas do setor buscando-se identificar, na opinião dos mesmos, quais seriam os 10 principais fatores de influência ao processo de estruturação e desenvolvimento do cluster portuário do Açu.

Para a identificação dos referidos especialistas, foram pesquisados, na web, artigos científicos relacionados à temática. Desta forma, assim que se identificava um artigo, coletavam-se os e-mails dos autores e procedia-se ao envio do questionário para os mesmos. Para ampliar a base de especialistas, foi utilizada a técnica amostral não probabilística *snowball sampling*, na qual os participantes identificados inicialmente indicam outros participantes com perfil adequado à pesquisa (ATKINSON; FLINT, 2001).

Entre os especialistas citados, encontram-se: pesquisadores, representantes de organizações interessadas no setor e consultores que prestam serviços às empresas e às organizações liga-

das ao CLIPA. O questionário foi enviado para 38 especialistas e foram recebidas 16 respostas, nas quais foram identificados 108 fatores de influência. Após uma consolidação visando a adequação dos termos, chegou-se a 40 fatores de influência.

Para um aprofundamento do método, foi utilizada a Análise estrutural, que permite, além da identificação dos fatores mais impactantes, uma maior clarificação e estruturação da informação relacionada às principais dinâmicas do sistema analisado. A Análise estrutural oferece a possibilidade de descrever um determinado contexto com o auxílio de uma matriz, que relaciona as variáveis³ constituintes desse sistema, identificando assim quais são as mais influentes.

Iniciou-se o processo realizando-se uma análise sistêmica qualitativa das relações entre as variáveis que compõem o sistema. A referida análise é realizada a partir da elaboração de duas matrizes quadradas de dupla entrada de 40 X 40 fatores, chamada de matriz de análise estrutural (GODET *et al.*, 2011). Assim, foram preenchidas duas matrizes, uma referente ao Sistema atual, quer dizer,

à situação atual do contexto analisado; e outra que busca retratar o Sistema potencial, que considera fatores que só passarão a influenciar o contexto no futuro.

Os fatores de influência potenciais identificados a priori são os seguintes: Existência de economias de aglomeração; Retomada do crescimento econômico a partir de 2017; Estruturação de um modelo de governança para o cluster portuário; e Elevação do preço global do P&G.

Desta forma, após a elaboração das matrizes referentes aos Sistemas atual e potencial, foi utilizado o software MICMAC⁴ para o tratamento das informações. O referido software foi desenvolvido pela equipe de Godet e apresenta como resultado dois Planos de influência X dependência, que caracterizam todos os fatores do contexto analisado. Os fatores são classificados conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Classificação das variáveis em relação aos níveis de influência e dependência.
Fonte: Adaptado de Godet (1993).

- **Fatores / Variáveis motrizes:** variáveis muito influentes e pouco dependentes. Influenciam muito a dinâmica do sistema e são pouco condicionadas;
- **Fatores / Variáveis de ligação:** variáveis muito influentes e muito dependentes. Ocupam uma posição de transição, pois propagam as influências ao conjunto do sistema;
- **Fatores / Variáveis resultado:** variáveis pouco motrizes e muito dependentes. São extremamente condicionadas pela dinâmica do sistema;
- **Fatores / Variáveis de pelotão:** variáveis que apresentam níveis médios de influência e dependência de difícil caracterização no sistema;
- **Fatores / Variáveis excluídas:** variáveis pouco motrizes e pouco dependentes. Possuem um papel de baixa relevância.

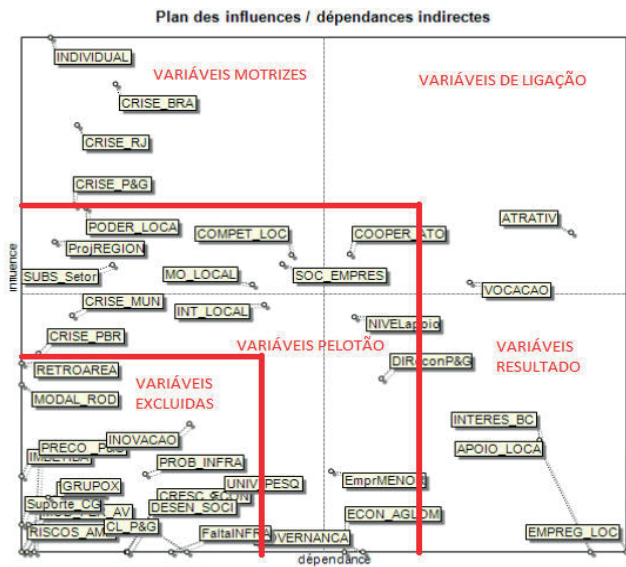
De acordo com Godet (1993), as variáveis mais importantes em um dado sistema são as variáveis de ligação por conta de sua capacidade de alavancagem caso seu poder de influência seja estimulado. Porém, neste trabalho, serão consideradas, também, como principais fato-

res, as variáveis motrizes em razão de seu domínio no contexto abordado. Os outros fatores identificados, apesar de terem sua importância, não serão considerados na análise.

Após o processamento dos dados, o software MICMAC apresenta, como re-

sultados, os planos dos Sistemas atual e potencial. Assim, iniciou-se o processo analisando o Plano de influência X dependência do Sistema atual apresentado na Figura 1.

Figura 1: Representação do Sistema atual do contexto abordado.



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do software MICMAC.

A partir da análise do referido plano, percebe-se que, atualmente, há fortes variáveis motrizes que influenciam o contexto do desenvolvimento e estruturação do cluster portuário do Açu. Além de fatores macroeconômicos, com alto poder recessivo, que afetam a região, como: Crise econômica brasileira, Crise fiscal do Estado do Rio de Janeiro e Crise do setor de P&G, há ainda um aspecto

regional que foi amplamente destacado na pesquisa, que é a forte Cultura individualista que prejudica o desenvolvimento de ações cooperativas.

No que tange às variáveis de ligação, tem-se a atratividade para a instalação de empresas como um ponto crucial para aumentar o dinamismo da aglomeração, corroborado pela ampliação do escopo de atuação do porto para

o setor de P&G.

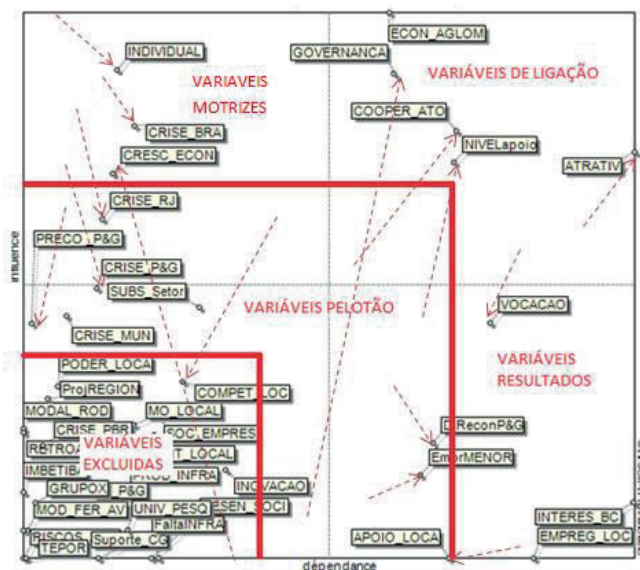
Como pode ser notado, há poucas variáveis de ligação atuando no Sistema atual, evidenciando um contexto dominado pelas variáveis motrizes e sem muitas alternativas para mudança no futuro. Surge, nestas situações, a expectativa dos desdobramentos futuros apresentados pelo Sistema potencial, representado pela Figura 2.

PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Objetivo

Propiciar aos estudantes atualização e aprofundamento de conteúdos relacionados à educação de alunos com necessidades especiais, visando uma nova política de atuação e inclusão dessas pessoas na sociedade em que estão inseridas.

Figura 2: Representação do Sistema potencial do contexto abordado.



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados do software MICMAC.

Resgatando-se o propósito do Método dos cenários, de iluminar o presente com o foco do futuro, efetuou-se uma comparação entre o momento presente (Sistema atual) e uma projeção do futuro (Sistema potencial), verificando-se então importantes desdobramentos. Pode-se perceber também, na Figura 2, o deslocamento das principais variáveis do Sistema atual para o potencial.

As variáveis motrizes mantêm os efeitos da Cultura individualista e da grave Crise econômica que paralisa o País.

Considerações finais

De modo a atender ao objetivo proposto, foi utilizada a prospectiva estratégica, em especial o Método dos cenários. A aplicação da Análise estrutural possibilitou identificar 40 fatores que apresentam certa influência no processo de estruturação e desenvolvimento do cluster portuário do Açú. Refinando-se a análise com a utilização do software MICMAC, foram identificados os fatores / variáveis motrizes e de ligação, que foram considerados como os principais fatores de influência.

Em atuação no **Sistema atual**, têm-se como os principais fatores: Crise eco-

Porém, há o ingresso de uma variável potencial que representa o otimismo dos entrevistados em relação ao setor, que é a Retomada do crescimento econômico a partir de 2017. Esta variável indica a possibilidade de uma mudança no jogo para um momento de melhores condições de desenvolvimento econômico ao longo do ano corrente.

Em relação às variáveis de ligação, há uma completa mudança de cenário, inicialmente, com o surgimento das variáveis potenciais relacionadas ao

nômica brasileira, Crise fiscal do Estado do Rio de Janeiro, Crise do setor de P&G e Cultura individualista na região, como Variáveis motrizes. Como Variáveis de ligação, têm-se as seguintes: Atratividade para instalação de empresas e Direcionamento econômico do porto para o setor de P&G. O Sistema atual encontra-se estagnado devido ao alto poder de influência das Variáveis motrizes e poucas Variáveis de ligação, que poderiam ajudar a modificar a situação atual.

Já, o **Sistema potencial** apresenta uma nova perspectiva ao sistema ana-

surgimento, no futuro, de economias de aglomeração, e a estruturação de um modelo de governança para o cluster portuário. Fatores ligados à importância da cooperação, que também ganham força no Sistema potencial, são: o Nível de apoio de organizações interessadas no desenvolvimento do cluster portuário e a Cooperação dos atores interessados no desenvolvimento do cluster. Para completar a análise, mantém-se a importância do investimento na Atratividade para a instalação de empresas no porto.

lisado, pois surgem, com muito poder de influência, variáveis que representam o otimismo sobre o setor. Entre as Variáveis motrizes, surgiu a possibilidade de Retomada do desenvolvimento econômico a partir de 2017, porém, mantiveram-se a Cultura individualista e a Crise brasileira. Considerando-se as Variáveis de ligação, é evidenciada a importância da **cooperação** para o desenvolvimento da região tendo em vista a emergência das variáveis relacionadas ao surgimento de Economias de aglomeração, a Estruturação de um modelo de governança para o cluster portuário

e o Nível de apoio de organizações envolvidas. É mantida também a importância da Atratividade para a instalação de empresas no porto.

Deve-se ressaltar que as Variáveis de ligação possuem grande relevância, pois podem assumir o papel intermediário na transição entre as variáveis mais influentes e mais dependentes do sistema. No caso estudado, foi possível perceber que importantes Variáveis de ligação ga-

nharam poder de influência no Sistema potencial, evidenciando, assim, os fatores que merecem mais atenção no que tange ao futuro da estruturação do cluster portuário do Açu. Assim, no contexto abordado, há a indicação de que os interessados no desenvolvimento desta aglomeração direcionem sua atenção para as variáveis de ligação em questão, buscando estimular uma maior dinamização do setor.

Para a realização de trabalhos futuros,

sugere-se a conclusão da primeira fase do Método dos cenários a partir da aplicação da Análise estratégica de atores e também a aplicação completa do método a partir da elaboração de cenários.

Notas

¹ Porto-indústria: empreendimento que gera sinergia entre atividades portuárias e industriais.

² Para mais informações sobre o método, acessar Azevedo Filho, Perestrelo e Molina-Palma (2015).

³ Convencionou-se, neste trabalho, que os termos “variáveis” e “fatores” possuem o mesmo significado, sendo que cada um deles será utilizado ao longo do trabalho no contexto que seja o mais adequado.

⁴ O software MICMAC pode ser obtido gratuitamente por meio do site: <http://en.lapropective.fr/methodsof-prospective.html>.

Referências

ATKINSON, R.; FLINT, J. Accessing Hidden and Hard-to-reach Populations: Snowball Research Strategies. **Social Research Update**, n. 33. 2001. Disponível em: <http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU33.html>. Acesso em: 17 mar. 2017.

AZEVEDO FILHO, E. T.; PERESTRELO, M.; MOLINA-PALMA, M. A. As descobertas do pré-sal e os desafios competitivos da indústria brasileira do setor de petróleo e gás: uma abordagem prospectiva. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 31, p. 85-98, 2015.

DE LANGEN, P. **Port competition and selection in contestable hinterlands: the case of Austria**. Rotterdam: EJTIR, 2007.

GODET, M. **Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à acção**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1993.

GODET, M.; DURANCE, P.; DIAS, J. G. A Prospectiva Estratégica para as Empresas e os Territórios. **Cadernos do Lipsor**, n. 20, 2011.

KOCSIS, A. The role of port cluster in theory and practice. **Regional and Business Studies**, v. 3, n. 1, p. 51-60, 2011.

MESA-REDONDA:
DIREITOS DA
PERSONALIDADE
EM FOCO

26 DE ABRIL - 9H

19 DE MAIO - 18:45H

UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

Editor-chefe

Rodrigo Machado Vilani
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes

Conselho Editorial

Angela Moulin Simões Penalva Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Christian Luiz da Silva
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
Denise Cunha Tavares Terra
Universidade Estadual do Norte-Fluminense - UENF
Edna Maria Ramos de Castro
Universidade Federal do Pará - UFPA
Frédéric Jean Marie Monié
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Helder Queiroz Pinto Junior
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Isa de Oliveira Rocha
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Jeroen Johannes Klink
Universidade Federal do ABC - UFABC
João Figueira de Sousa
Universidade Nova de Lisboa - UNL
João José de Assis Rangel
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
José Gutman
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
José Luis Vianna da Cruz
Universidade Candido Mendes - UCAM
Lia Vallés
Fundação Getúlio Vargas - FGV
Luciano Dias Losekann
Universidade Federal Fluminense - UFF
Maria Amélia Rodrigues da Silva Enriquez
Universidade Federal do Pará - UFPA
Marília Steinberger
Universidade de Brasília - UnB
Paulo Gusmão
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Rodrigo Anido Lira
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
Rodrigo Valente Serra
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ
Rosana Baeninger
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
Rosélia Piquet
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes
Sílvia Gorenstein
Universidad Nacional del Sur - Argentina
Suzana Quinet de Andrade Bastos
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
Vera Lucia Alves França
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Virginia Elisabeta Etges
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
Yann Fournis
Université du Québec à Rimouski - UQAR
Yves Fauré
Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Revisora Gramatical

Maria Marta Garcia de Assis Rangel
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes

Editoração/ Diagramação

Briefing Marketing
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes

Bolsista de Iniciação Científica

Paulo Rossi Croce
Universidade Candido Mendes - Campos dos Goytacazes

Escopo

O Boletim Petróleo, Royalties e Região, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM - Campos dos Goytacazes), é fruto da preocupação com a difusão de dados e informações técnicas para o debate sobre a distribuição dos royalties na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, se configura como um veículo de publicação de natureza acadêmica e técnica, primando pela qualidade de seus artigos e sua periodicidade desde setembro de 2003.

O Boletim tem por foco editorial pesquisas originais, teóricas ou empíricas, voltadas para planejamento regional e urbano, petróleo e outros minerais, royalties e outras participações governamentais, economia regional, políticas públicas e áreas afins, dentro de uma visão multidisciplinar das temáticas relacionadas ao seu escopo.

Periodicidade

O Boletim é publicado trimestralmente de forma regular e ininterrupta em versão exclusivamente eletrônica.

Diretrizes para os autores

Os textos recebidos são apreciados inicialmente pelo editor-chefe, que encaminhará para avaliação por membros do Conselho Editorial e, eventualmente, por pareceristas ad hoc.

As normas de apresentação do texto para o envio do artigo são:

- O arquivo deve ser enviado em formato 'DOC' ou 'DOCX'.
- A primeira página deve apresentar: a) título do trabalho; b) autoria: nome completo do(s) autor(es), formação acadêmica, filiação institucional, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- A segunda página deve conter: a) título em português e inglês; b) resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 e 150 palavras, com indicação de 3 a 5 palavras-chave.
- Os artigos devem ter entre 11 mil e 15 mil caracteres com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).
- Formatação: tamanho do papel: A4 (21 x 29,7 cm); margens superior e esquerda: 3 cm; inferior e direita: 2 cm; Fonte: Times New Roman, corpo 12; Espaçamentos: 1,5 entre linhas.
- As referências bibliográficas devem estar de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- As notas, quando houver, devem ser colocadas ao final do texto (Nota de fim).
- Ilustrações e tabelas devem ser enviadas em arquivos separados.
- Ilustrações devem ser enviadas em JPG, com resolução mínima de 96 dpi.
- O encaminhamento dos textos para o Boletim implica a autorização para publicação e aceitação de eventuais edições necessárias para adequação ao formato do Boletim e ao seu padrão editorial.

Author Guidelines

The articles submitted are accepted for consideration firstly by the Editor in chief, who refers them to be evaluated by members of the editorial board, and, eventually, by ad hoc referees.

The formatting rules to send the article are the following:

- The file must be sent in 'DOC' or 'DOCX' format.
- The first page must present: a) title of the work; b) authorship: full name of the author(s), academic degree, institutional affiliation, e-mail address, telephone number, and full postal address.
- The second page must contain: a) title in English; b) abstracts in English, comprising 100 to 150 words and also 3 to 5 keywords.
- The articles should be in the regions of 11,000 to 15,000 characters with spaces (including notes and bibliographic references).
- Formatting: paper size: A4 (21.0 cm by 29.7cm); top left margin: 3.0 cm; bottom right margin: 2.0 cm; font: Times New Roman, 12 - point font size; spacing: 1.5 cm between lines.
- Bibliographic references must be in accordance with the standards established by the Brazilian Association of Technical Standards (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT-NBR 6023).

Instrucciones para los Autores

Los textos recibidos son evaluados inicialmente por el editor en jefe, que los encaminará para valoración por los miembros del Comité Editorial y, eventualmente, por árbitros ad hoc.

Las normas de presentación del texto para envío del artículo son las que se siguen:

- Los archivos se deben enviar en formato 'DOC' o 'DOCX'.
- La primera página debe presentar: a) título del trabajo; b) autoría: nombre completo del autor, formación académica, afiliación institucional, correo electrónico, teléfono y dirección para correspondencia.
- La segunda página debe incluir: a) título en Español e Inglés; b) resumen en Español y abstract en Inglés entre 100 (cien) y 150 (ciento cincuenta) palabras, incluyendo entre 3 (tres) y 5 (cinco) palabras claves.
- Los artículos deben tener como mínimo 11 mil y como máximo 15 mil caracteres con espacios (incluyendo notas y referencias bibliográficas).
- Formateo: hoja tamaño A4 (21,0 x 29,7cm); márgenes superior e izquierdo: 3cm; inferior y derecho 2cm; Times New Roman 12; interlineado 1,5.
- Referencias bibliográficas deben ser presentadas de acuerdo a las normas establecidas por la Asociación Brasileña de Normas Técnicas - ABNT-NBR 6023 (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

Os artigos devem ser enviados exclusivamente para o e-mail:

boletim@ucam-campos.br